Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 26 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.597
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

AVALIAÇÃO NEGATIVA DO GOVERNO LULA

Desafios nas áreas como inflação, saúde e segurança, aponta pesquisa. Por Paulo Alonso, **página 2**

MULTAS LEVES PAGAS COM SANGUE

Deputado quer trocar pagamento por doação de sangue. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

RUANDA: EQUÍVOCO BRITÂNICO

Governo do Reino Unido vai expulsar imigrantes ilegais para país pobre. Por Bayard Boiteux, **página 3**

PIB dos EUA desacelera no trimestre: risco de estagflação?

A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, medida da economia) dos EUA desacelerou para uma taxa anual de 1,6% no primeiro trimestre de 2024, informou o Departamento de Comércio dos Estados Unidos nesta quinta-feira. Os dados marcam uma desaceleração acentuada em relação ao quarto trimestre de 2023, quando o PIB cresceu 3,4%.

Em comparação com o quarto trimestre, o PIB real no primeiro trimestre refletiu principalmente desaceleração nos gastos dos consumidores, nas exportações e nos gastos dos governos estaduais, locais e do Governo Federal. Estes movimentos foram parcialmente compensados por uma aceleração do investimento fixo residencial.

"Os números do PIB dos EUA do primeiro trimestre são um choque de realidade para aqueles que já contavam com a narrativa do soft-landing como algo certo. Dado o esperado desaceleramento adicional no segundo trimestre devido às taxas de juros persistentemente altas, é provável que a economia dos EUA apresente crescimento atenuado ou insignificante durante o período", avalia Thomas Monteiro, estrategista-chefe do Investing.com

"Embora isso leve a um retorno para a narrativa de corte de juros precoce do Federal Reserve (Fed, Banco Central dos EUA), também desperta preocupações sobre um período de estagflação – nossa principal preocupação neste momento. É exatamente por isso que o mercado está respondendo tão adversamente aos números", complementa.

O crescimento do PIB nos Estados Unidos no primeiro trimestre ficou abaixo da estimativa de 2,5%. "É comum que o consumo da população seja menor no primeiro trimestre em comparação com o último trimestre, devido a eventos sazonais, como a Black Friday e as festas de fim de ano, quando ocorre um aumento significativo nos gastos. Além disso, o governo está gradualmente reduzindo os gastos devido à diminuição do auxílio pandêmico ao longo dos últimos trimestres", explica Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

A segunda estimativa do PIB dos EUA para o primeiro trimestre de 2024, baseada em dados de fontes mais completos, será divulgada em 30 de maio.

8 de Janeiro: torres de energia foram derrubadas por 'ação criminosa'

Documento da Aneel mostra possíveis ataques

Relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostra que três torres de transmissão de energia elétrica caíram entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023, quando houve a tentativa de golpe, com invasão de prédios em Brasília. A Aneel aponta que "não foram registradas condições climáticas adversas que possam ter causado queda das torres" e coloca como possíveis causas "ações criminosas" de "sabotagem".

A revelação foi feita pela jornalista Lúcio de Castro, da Agência Sportlight, nesta quinta-feira. O documento da Aneel foi obtido via Lei de Acesso à Informação. Segundo o texto de Castro, o documento afirma que as torres foram derrubadas por "sabotadores profissionais".

De acordo com a reportagem, houve ataques a 24 torres entre os dias 8 de 30 de janeiro de 2023, em 14 lugares diferentes espalhados por estados de Rondônia (4 locais), Paraná (4), São Paulo (3), Mato Grosso (1), Piaui (1) e Pará (1). além das três que caíram no dia do golpe, uma quarta instalação foi derrubada posteriormente.

A primeira torre caiu às 21h30, em Rondônia; 0h13, caiu a segunda torre, no Paraná; 0h40, veio abaixo a terceira torre, novamente em Rondônia. O intervalo denota que houve ação orquestrada por um grupo. Os ataques reforçam a avaliação de que as invasões aos Três Poderes em Brasília faziam parte de uma tentativa frustrada de golpe de estado.

"Ocorreu a repetição sistemática de um conjunto de ações: todos os parafusos da base das torres foram retirados, ficando a torre sem sustentação, possibilitando a queda", segundo a reportagem da Sportlight.

Foto BHP

BHP faz oferta pela Anglo American

A gigante mineradora australiana BHP revelou nesta quinta-feira que fez uma oferta de aquisição no valor de US$ 38,8 bilhões pela rival Anglo American, informou o jornal *Australian Financial Review* (*AFR*). Um acordo bem sucedido colocaria a BHP à frente dos seus rivais como o maior produtor mundial de cobre, de acordo com o relatório do *AFR*.

Os investidores da Anglo American, listada em Londres, receberão 0,7097 ações da BHP para cada ação, disse a companhia australiana em comunicado à Bolsa de Valores de Londres. Representa um valor total de aproximadamente £ 25,08 por ação ordinária da Anglo American, avaliando o capital social da Anglo American em £ 31,1 bilhões, disse a BHP.

A Anglo American confirmou a oferta. O preço de suas ações saltou mais de 13%. As ações do BHP Group caíam 3,44% na Bolsa de Nova York (Nyse) às 17h.

Uma transação depende da cisão da Anglo American com seus negócios sul-africanos de minério de ferro e platina, e a oferta permanece condicional e não vinculativa, disse o jornal australiano.

A aquisição da Anglo American e de seus ativos de cobre na América do Sul superaria a aquisição da mineradora de cobre australiana OZ Minerals pela BHP, por US$ 6 bilhões, e se ajustaria à previsão da gigante da mineração de que a demanda global de cobre dobrará.

Durante conferência de analistas para apresentar os resultados da Vale no primeiro trimestre do ano, Eduardo Bartolomeo, CEO da mineradora brasileira, disse que não vê impacto no negócio do complexo Minas-Rio. Em fevereiro, a Anglo American anunciou acordo com a Vale para adquirir 15% do empreendimento.

Bartolomeo garantiu que o acordo da Vale sobre o Minas-Rio já foi encaminhado e "está protegido", segundo a agência de notícias Reuters.

Indústria fluminense acumula alta de 8,7% em 2 meses

Nos dois primeiros meses do ano, a indústria do Rio de Janeiro acumula crescimento de 8,7% e, nos últimos 12 meses, de 5,3% (dados do IBGE). Esse cenário positivo deve melhorar consideravelmente neste ano, quando serão investidos R$ 400 milhões pelo Governo do Estado para a criação de 24 novos distritos industriais em território fluminense, e revitalização de 10 unidades já existentes, avalia a Rio Indústria.

A entidade vê com otimismo as oportunidades que virão com a iniciativa, que faz parte da estratégia de reindustrialização do Rio de Janeiro.

6G será base da próxima revolução industrial

O 6G se tornará "a base para a próxima revolução industrial", disse o especialista em tecnologia Frank Burkhardt, do Instituto Fraunhofer de Circuitos Integrados IIS (Fraunhofer IIS), na feira Hannover Messe 2024, esta semana.

Burkhardt disse que a tecnologia 6G significa que aqueles que trabalham em fábricas serão capazes de realizar tarefas que atualmente são "inimagináveis".

De acordo com o Cluster de Investigação e Inovação 6G da Alemanha (6G-RIC), as principais áreas de inovação técnica do 6G devem incluir a resolução das limitações de largura de banda da infraestrutura existente e a criação de redes de grande escala capazes de ligar uma ampla variedade de dispositivos.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1551
Dólar Turismo	R$ 5,3690
Euro	R$ 5,5311
Iuan	R$ 0,7128
Ouro (gr)	R$ 387,06

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Avaliação negativa do governo Lula

Por Paulo Alonso

O Ipec divulgou, na última semana, pesquisa realizada entre os dias 4 e 8 de abril, exibindo um diagnóstico do governo do presidente Lula, à frente do Executivo pela terceira vez, em seu primeiro ano de governo. Os resultados mostrados revelam que o atual mandatário precisa superar gigantescos obstáculos em áreas sensíveis e que, da forma como se apresentam, mostram a falta de credibilidade do atual ocupante do Palácio do Planalto, indo na contramão, inclusive, das suas promessas de campanha.

Nem mesmo no meio ambiente, pasta comandada pela ministra Marina Silva, que tem viajado mundo afora buscando fortalecer a imagem brasileira desgastada em relação às questões da sustentabilidade e das queimadas e desmatamento da Amazônia, a avaliação foi positiva, ficando apenas na condição de neutra.

Se formos considerar as oito principais áreas de atuação do governo, fica evidenciado que o atual governo do PT só recebe mais avaliações positivas do que negativas na área da educação, com 38% de ótimo e bom contra 31% de ruim e péssimo. A pasta do ministro Camilo Santana talvez tenha recebido essa avaliação por causa do Programa Pé-de-Meia, que dá incentivos financeiros aos alunos matriculados no Ensino Médio, beneficiando assim as classes de baixa renda.

Mesmo com esse percentual aparentemente favorável, a educação ainda vem capengando em todos os seus segmentos e políticas precisam ser formuladas e implementadas para que o Brasil alavanque nessa área, imprescindível para o crescimento da Federação e seu desenvolvimento, ordem e progresso.

Fica claro, e não precisaria se esperar pela divulgação dessa pesquisa para constatar que o pior desempenho dessa gestão do Partido dos Trabalhadores ocorre justamente no combate à inflação, com um percentual expressivo de 46% nos patamares de ruim ou péssimo, o dobro de avaliações ótimo ou bom. Pelas pesquisas, é nítido para o brasileiro a subida dos gastos com alimentação, aluguel de imóveis e iluminação. A falta de segurança pública, os graves problemas na área da saúde e o desemprego são reprovados majoritariamente na pesquisa do Ipec.

Muitas vezes parecendo estar em campanha nos palanques, com discursos populistas ainda mais quando visita o Nordeste, o presidente Lula precisa dedicar mais do seu tempo ao Brasil, viajar menos ao exterior, deixar de fazer falas inoportunas, sobretudo quando são de improviso e em relação à política externa brasileira, e permanecer no país, que estava sem controle e desmantelado quando assumiu o cargo de presidente da República. Sua popularidade, no momento, é baixa.

> Desafios nas áreas como inflação, saúde e segurança, aponta pesquisa

A falta de uma ponte mais segura com o Congresso Nacional, que sempre quer barganhar postos e emendas, também é algo preocupante, pois, apesar de independentes e harmônicos, como já pregava Montesquieu, os Poderes da República precisam estar na mesma engrenagem, em benefício do povo.

O que se observa é que os três Poderes estão sempre em competição, quando jamais essa disputa poderia, em uma democracia, ocorrer. Discussões e antagonismos são importantes, mas tudo precisa ser limitado. O Judiciário não deve legislar; o Executivo deve governar para todos; e o Legislativo não deve, em qualquer hipótese, chantagear o Executivo. Esse jogo está completamente equivocado e fere os interesses da própria República.

Na área da Saúde, a ministra Nísia Trindade enfrenta uma cruzada das mais difíceis com os partidos que reúnem o chamado Centrão e até fogo recebe do PT. A Saúde é mal avaliada, com 42% dos brasileiros considerando ruim ou péssima a sua atuação frente ao Ministério, que enfrenta epidemia de dengue e que não mostra o trabalho que vem realizando com maior nitidez.

Outro dado importante e que precisa ser verificado com cautela é o resultado aferido pelo Ipec em relação à imagem do presidente da República. A parcela que aprova a atual gestão é de 33% o que equivale estatisticamente à dos que o reprovam, 32%.

Atualmente, 40% das pessoas entrevistadas acham que a situação da economia estará melhor daqui a seis meses, enquanto 31% se dizem pessimistas. Faz-se mister comparar esses percentuais com a pesquisa realizada em setembro do ano passado, quando 51% diziam crer na melhora, contra 27% que projetavam piora. Houve, assim, um descrédito em relação a esse tema por parte do povo.

Ainda segundo o Ipec, neste instante, 89% dos brasileiros pesquisam mais os preços antes de fazer compras, e 61% afirmam que adiaram planos mais ousados nos últimos meses, temendo a inflação. Dois terços, ou seja, 69%, também declararam ter trocado de produtos que usualmente costumavam adquirir por outros mais baratos. Outros 21% declaram que tiveram de vender bens para pagar dívidas.

A percepção sobre o preço dos alimentos com aumento de 79%; das contas de luz, água e gás, 76%; dos aluguéis, 66%; e dos combustíveis, 61%, indica o descontentamento do brasileiro com a atual gestão.

O brasileiro também se mostra descontente com o combate à fome e à pobreza, 38%, contra 33% que se dizem satisfeitos com as medidas adotadas e 27% considerando-as regulares. Na área do meio ambiente, 33% não veem ações efetivas, considerando a gestão atual de Marina Silva, ruim ou péssima; 33% julgam boa ou ótima; e 29% acham regular.

Já a política externa é encarada como ruim ou péssima por 37% dos entrevistados; 24% a consideram regular; e 30% acreditam ser ótima ou boa. A segurança pública recebeu 42% de ruim ou péssima; 28%, regular; e 27%, ótima ou boa. Talvez, essa negatividade esteja diretamente ligada à fuga de dois presos da Penitenciária de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e só recapturados 51 dias após. O fato é que o país está sem política pública de segurança pública.

O desemprego é outra marca negativa apontada pela pesquisa: 39% criticam o governo, ruim ou péssimo; 31% creem que as ações são regulares; e 26% acham as medidas ótimas ou boas. No combate à inflação, 46% se dizem descrentes, atribuindo valores péssimo ou ruim; 28%, regular; e 23%, ótimo ou bom.

O Ipec entrevistou 2.000 eleitores de 129 municípios. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, para um nível de confiabilidade de 95%.

Com esse resultado desfavorável ao governo Lula, em seu primeiro ano de governo, e com eleições municipais que serão realizadas neste segundo semestre, o presidente precisa rever conceitos, atitudes, fazer uma reforma ministerial e, sobretudo, descer do palanque e governar de fato o país, com garra e determinação.

Paulo Alonso é jornalista.

TikTok nos EUA: entre liberdade de expressão e soberania de dados

Por Alexander Coelho

A situação do TikTok nos Estados Unidos é realmente complexa e se encontra em um território delicado que envolve tanto a política internacional quanto as preocupações com privacidade e segurança de dados. A legislação proposta, que pode levar ao banimento do TikTok caso sua empresa-mãe, a ByteDance, não encontre um comprador americano, ilustra as tensões entre os EUA e a China, especialmente no que diz respeito ao controle e ao fluxo de informações.

A decisão suscita questões significativas sobre a liberdade de expressão e a soberania de dados. A alegação de que o TikTok poderia ser uma ferramenta para o governo chinês acessar dados de cidadãos americanos ressalta a necessidade crítica de uma governança de dados robusta e transparente.

O aspecto legal da ByteDance desafiar a constitucionalidade do projeto destaca a complexidade da interseção entre as regulamentações de um país e as operações globais de uma empresa. É um caso para observar de perto, pois pode estabelecer precedentes importantes para o futuro da operação de empresas de mídia social em uma escala global e também pode influenciar as normativas sobre aquisições e fusões no contexto da segurança nacional.

Além disso, o aspecto da integração deste projeto de lei com pacotes de ajuda a outros países é uma manobra estratégica no jogo político, visando acelerar a aprovação de medidas controversas, aproveitando a urgência e a prioridade dada à assistência externa.

> Caso pode estabelecer precedentes para empresas de mídia social

A comunicação da ByteDance e do TikTok, lamentando a decisão e destacando a questão da liberdade de expressão, mostra a complexidade da narrativa em torno da tecnologia, da política e dos direitos civis.

É essencial argumentar que qualquer decisão deve ser ponderada não apenas no contexto da segurança nacional, mas também no respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos de se expressarem e de acessarem a informação livremente. A justaposição destes interesses ressalta a complexidade dos desafios legais e éticos que surgem na interseção da tecnologia, da governança e dos direitos humanos no século 21.

Portanto, é crucial que a implementação de tais políticas seja meticulosamente examinada e equilibrada para garantir que o avanço tecnológico e a segurança nacional não sejam alcançados à custa dos princípios de liberdade e privacidade que formam a base das sociedades livres.

Alexander Coelho é sócio do Godke Advogados, membro da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados e Inteligência Artificial (IA) da OAB/São Paulo.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Equívoco britânico

A nova política britânica de enviar para Ruanda imigrantes ilegais é uma decisão equivocada. O país africano tem mais de 40% de desemprego e 1/4 das crianças com menos de 5 anos sofrem de desnutrição. A possibilidade de sobreviver naquele país é remota. A ONU protesta, os trabalhistas britânicos também, assim como a oposição ruandesa.

Emirates: falta de preparo

Uma das maiores empresas aéreas do mundo mostrou total despreparo com situações de crise. A recente chuva em Dubai, que inundou a cidade, fez com que centenas de passageiros permanecessem no aeroporto sem nenhuma assistência. Dormiram no chão, tiveram dificuldade para se alimentar e nem acessar suas malas conseguiram. Um caos. A Emirates até agora não propôs nenhuma compensação…

Residência médica em perigo

Assinado ironicamente por um médico, o vice-presidente Alckmin, o Decreto 11.999, de 17 de abril de 2024, que altera a Comissão Nacional de Residência Médica, amplia a presença do governo e exclui importantes entidades médicas. Enfraquece os médicos…

Passeio de balão

Nos próximos dias 4 e 5 de maio, durante a 6ª Meia Maratona de Niterói, um serviço de voo de balão será disponibilizado pela SGA Toyota.

Falta de segurança

As estações de BRT voltaram a ficar sem a presença da guarda municipal. Ao que parece, o serviço não tem pessoal suficiente. Na segunda, dois mendigos dormiam na estação Parque Olímpico, nos acessos de entrada aos ônibus.

Soberano fecha

Com apenas 2 anos, em Itaipava, a casa de espetáculo Soberano não resistiu. O show da Alcione, no dia 2 de maio, é um dos últimos eventos. Dia 12, fecha as portas.

Homenageado

O diretor de Relações Institucionais da L'Oréal, no Brasil, Patrick Sabatier, recebe a medalha Pedro Ernesto, maior honraria da Câmara de Vereadores carioca, no próximo dia 10 de maio.

Frase da Semana

"25 de Abril – 50 anos da Revolução dos Cravos e 50 anos da Retomada da Democracia em Portugal. Fim da ditadura salazarista, o período mais sombrio que Portugal viveu. Comemoremos! Sou eternamente grato ao país que nos recebeu." – *Bayard Do Coutto Boiteux*

Reforma tributária: CNC defende neutralidade tributária

Na análise da reforma tributária a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) chama atenção ser preciso "acompanhar com cautela algumas conquistas da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, principalmente no que diz respeito à neutralidade tributária, porque a proposta de regulamentação cria condicionantes para a apropriação dos créditos tributários pelo adquirente, como o 'efetivo pagamento' do tributo pelo seu fornecedor";

Segundi a entidade, "em que pese essa proposta esteja vinculada a questões atinentes à inovação da tecnologia de pagamento, isso aumenta a responsabilidade do empresário, tornando-o responsável pelas operações anteriores a ele na cadeia produtiva."

Ao ressaltar que acompanha de perto o debate da reforma tributária para que ela seja justa, simplifique o sistema tributário e incentive o crescimento da economia, lembra que CNC "está realizando uma análise aprofundada do primeiro Projeto de Lei apresentado pelo governo federal para a regulamentação da reforma, para identificar pontos de convergência e divergência com as propostas já apresentadas pela Confederação para a defesa dos interesses do setor terciário.

Mas ressalta que, em uma análise primária, o PLP 68/2024 trata de forma adequada conceitos necessários à tributação, discorrendo de forma exaustiva sobre as hipóteses de incidência, quem são os contribuintes que deverão pagar os novos impostos e outros pontos também relevantes.

"A CNC acredita que o diálogo aberto é fundamental para a construção de uma reforma justa e eficaz. Nesse sentido, serão importantes os próximos passos, quando a sociedade irá discutir, no Congresso Nacional, os pormenores da regulamentação da nova norma, dando ênfase aos regimes diferenciados para cada setor da economia e a compensação da eventual perda de arrecadação pelos estados e municípios.

A entidade máxima de representação do comércio de bens, serviços e turismo reitera seu compromisso com a construção de um sistema que promova o crescimento da economia e o desenvolvimento social.

Situação de fome recua de 15,5% para 4,1% da população

O número de pessoas com insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil recuou de 33,1 milhões em 2022 para 8,7 milhões em 2023, passando de 15,5% da população para 4,1%, uma queda de 11,4 pontos percentuais.

Os dados de 2023 são do módulo Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada nesta quinta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os números de 2022 foram colhidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

A pesquisa do IBGE foi realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDA), usando como referencial metodológico a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que permite a identificação e classificação dos domicílios de acordo com o nível de segurança alimentar de seus moradores.

Recorde

De acordo com o ministro do MDA, Wellington Dias (foto), este é o segundo melhor resultado de toda a série da EBIA. "Sair de 15,5% da população em situação de fome para 4,1% em apenas um ano é recorde. Importante pontuar que, de 2019 a 2022, não deixaram o IBGE fazer o EBIA, mas o Brasil não ficou sem pesquisa. Os pesquisadores brasileiros, incluindo cientistas e técnicos de várias universidades e técnicos do próprio IBGE, foram a campo e fizeram pela Rede Penssan", disse o ministro à Agência Brasil.

Ele também lembrou que os dados apresentados são resultado do esforço do governo federal em retomar as políticas públicas de redução da fome e da pobreza. "No ano de 2023, tiramos dessa situação 24,4 milhões de pessoas que passaram a tomar café, almoçar e jantar todos os dias", assinalou.

Segundo o IBGE, em 2023 o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave.

Para a secretária extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome do MDS, Valéria Burity, os números indicam que - em um período curto - as políticas públicas de combate à fome e à pobreza foram muito efetivas. Ela lembra que o país passou por um período muito grande, a partir de 2016, de retrocesso de políticas públicas no setor.

"A gente comemora, mas nós sabemos que ainda tem muito trabalho pela frente, e vamos continuar fazendo para conseguir vencer a situação de fome e também garantir alimentação como direito, garantir segurança alimentar e nutricional para a população brasileira", diz a secretária, que é responsável pelo plano Brasil Sem Fome.

Ineep e Sesi debatem transição energética e mobilidade

Avaliação dos impactos econômicos e sociais e maior atenção aos veículos pesados no processo da transição energética, não concessão de subsídios e não discriminação das diferentes rotas tecnológicas. Essas são algumas das recomendações de políticas públicas para o Brasil abordadas no estudo "Trajetórias tecnológicas mais eficientes para a descarbonização da mobilidade", de autoria do economista, professor e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. O estudo foi apresentado nesta quinta-feira a representantes do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) e do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi).

"O princípio do estudo é respeitar a estratégia das montadoras e a escolha do consumidor", comentou Coutinho, ao apresentar o trabalho recém-concluído e desenvolvido pela LCA Consultores e MTEMPO Capital sob encomenda de um grupo de entidades das classes empresarial e trabalhista. Segundo explicou, a mudança climática é o desafio mais dramático e relevante para a humanidade, e enfrentá-la também é um grande desafio.

A mesa redonda "A mobilidade automotiva de baixo carbono, as opções do Brasil", faz parte do projeto em parceria do Ineep com o Sesi que estuda a transição energética e a descarbonização, cujo objetivo é um diagnóstico de quatro setores: automobilístico, óleo e gás, petroquímico e elétrico, segundo informou a coordenadora do Instituto nesta pesquisa, Brenda Espindula.

"Este é um importante debate para o futuro da indústria e da economia brasileira", comentou, por sua vez, o superintendente-executivo do Sesi, Wagner Oliveira. O Ineep, segundo seu diretor- técnico, Mahatma dos Santos, se aprofundou, em 2021, na agenda da transição energética e da descarbonização, pensando nos desafios da sociedade brasileira.

E, de fato, são muitos os desafios, segundo mostrou o ex-presidente do BNDES em sua apresentação. Entre os cenários, destacam-se, por exemplo, os efeitos positivos para a economia brasileira e para o mercado de trabalho do uso da tecnologia híbrida flex, enfatizando o etanol, maiores do que os que privilegiam os veículos elétricos. Já na comparação entre o papel dos dois no processo da descarbonização, estes últimos levam vantagem para a redução da emissão de gás com efeito estufa, o que já não ocorre ao longo de seu processo indústria.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Multas leves de trânsito poderão ser pagas com doação de sangue

Deputado Felipinho Ravis

O deputado Felipinho Ravis (SDD) apresentou na Alerj um projeto de lei, no mínimo, curioso. Ele propõe que as multas de trânsito consideradas leves possam ser pagas com doação de sangue ao Hemorio, limitadas a duas multas permutadas por ano para cada condutor. O projeto tramita nas comissões da Alerj e ainda não tem data para ir a votação em plenário.

Punição por trabalho escravo

A Alerj aprovou o projeto de lei, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), que proíbe empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo, ou em condições análogas à escravidão, de realizar contratos com a administração pública direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro.

Economia do mar

Deputada Célia Jordão

Presidente da Comissão Especial da Alerj criada para fortalecer a Indústria Naval e de OffShore e o setor de Petróleo e Gás no Rio de Janeiro, a deputada Célia Jordão (PL) apresentou dois projetos de lei na Casa para impulsionar o desenvolvimento do setor. Um cria a Política Estadual de Incentivo à Navegação de Cabotagem, o outro dispõe sobre o Programa de Apoio ao Pescador Artesanal do Rio de Janeiro.

Viagem conjunta – 1

O prefeito Eduardo Paes não viaja mais sozinho. Sempre que deixar a cidade, o vice Nilton Caldeira; o presidente da Câmara Municipal, vereador Carlos Caiado; e a vice-presidente da Câmara, Tânia Bastos, também arrumam as malas e saem da cidade junto com o prefeito. É que todos eles são candidatos a vereador e estão, nesta ordem, na linha sucessória do prefeito. Se estiverem no Rio quando Paes partir, um dos três tem que assumir o lugar dele e se tornar inelegível na próxima eleição.

Viagem conjunta – 2

Segundo a legislação eleitoral, quem sentar na cadeira do prefeito desde o início de abril não pode disputar a eleição para vereador em outubro. Como Caiado, Tânia Bastos e Nilton Caldeira são candidatos, eles são obrigados a deixar a cidade junto com o prefeito para não assumir o cargo. Foi o que aconteceu esta semana. Paes viajou, e todos fizeram as malas e sumiram antes dele. Quem assumiu a prefeitura foi o presidente do TCM, Luiz Alfredo Guaraná.

MEIs garantem inclusão empresarial no Rio

O estudo "Os Caminhos da Economia Fluminense", baseado em dados da Junta Comercial a partir da abertura e fechamento de empresas nos últimos cinco anos, revelou a concentração de negócios em torno da figura do MEI (microempreendedor individual), tanto na abertura quanto no fechamento de CNPJs.

O levantamento inédito, feito pelo Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio), mostra que em 2023 foram criados 283.249 novos CNPJs no Estado do Rio de Janeiro, dos quais 231.877, aproximadamente 81,9%, corresponderam a MEIs.

Boa parcela desse público advém da informalidade. De acordo com as regras vigentes, futuramente os pagamentos se destinarão a benefícios previdenciários, permitindo aposentadoria, entre outros auxílios.

Ainda em 2023, no Rio de Janeiro, cerca de 159.905 CNPJs foram encerrados, dos quais exatamente 125.867 corresponderam a MEIs, volume de 78,1%.

De acordo com Aldo Gonçalves, presidente do CDLRio e do SindilojasRio, os MEIs enfrentam o mercado correndo riscos inerentes aos negócios. "Dessa forma, podem sofrer com a conjuntura da economia, favorável ou não; juros elevados; insegurança urbana; e perpassam pelo enfrentamento da concorrência nos diferentes níveis de empresas e negócios", analisa Aldo.

Os motivos para explicar a concentração de empresas através dos MEIs formam extenso arco. No caso da abertura de empresas: é a rota mais fácil para formalização; as opções para se tornar MEI são inúmeras; trata-se de um dos maiores programas de inclusão empresarial do mundo.

No caso de encerramento das atividades, as causas podem ser: falta de capacitação e gestão; baixo nível educacional, consequentemente gerencial; despreparo técnico organizacional; criação do CNPJ por necessidade; falta de costume do pagamento de impostos e contribuições; e ambiente de negócios.

Apesar da vulnerabilidade, eles representam inclusão empresarial e conquista da cidadania; contribuem para a diminuição do desemprego através do trabalho autônomo e da possibilidade de contratação de um funcionário; geram condições para o crescimento econômico; e melhoram o tecido social pela diminuição das desigualdades, ressaltam o CDL e o Sindilojas.

Procura por carros automáticos novos aumenta 140% em um ano

A procura por veículos automáticos novos em todo o Brasil cresceu 140% entre março de 2023 e o mesmo mês deste ano. Na comparação entre os dois tipos de câmbio, as pesquisas por veículos sem pedal de embreagem foram 42% maiores em relação aos manuais ao longo desses 12 meses, considerando modelos novos e usados.

É o que apontou estudo da plataforma Webmotors, que mostra também um aumento de 59% nas buscas por carros usados com câmbio automático no marketplace em idêntico período.

"A preferência pela caixa automática na plataforma é uma comprovação de que o motorista de hoje não abre mão do conforto proporcionado por esse tipo de transmissão nos congestionamentos cada vez maiores das grandes cidades, além de levar em conta o aprimoramento dos câmbios ao longo dos anos e a desmistificação da sua manutenção" explica a CMO da Webmotors, Natalia Spigai.

No ranking dos veículos mais pesquisados na plataforma considerando ambas as categorias, o Ford Ranger lidera entre os carros automáticos novos e o Toyota Corolla entre os modelos automáticos seminovos mais procurados em março deste ano.

Já a Fiat, com o Strada, é a campeã de buscas entre os automóveis manuais zero quilômetro, enquanto a Volkswagen ocupa o topo da lista entre os modelos manuais usados, com o Gol.

Além disso, indicador elaborado pelo Data OLX Autos e pela Federação dos Revendedores de Veículos Usados (Fenauto) apontou que entre os automóveis de modelo hatch de até três anos, o Chevrolet Onix segue líder, com 75,9, o modelo também obteve a maior pontuação na categoria de quatro a oito anos, com 81. O Fiat Palio, com 74,5, é o que melhor performa entre os hatches com idades entre nove e 12 anos. Por fim, o Volkswagen Gol lidera a categoria de 13 anos ou mais, com 80,9.

No segmento dos sedãs, o Toyota Corolla mantém sua liderança absoluta nas categorias de zero a três anos, com 81,1 e de quatro a oito anos, com 81. Já entre os automóveis com idade entre 9 a 12 anos, o Honda Civic segue na dianteira, com 70,4.

O Jeep Renegade, que assumiu a liderança em fevereiro, mantém a ponta dentre os SUVs de até três anos, com 68,2 pontos. Entre os veículos de quatro a oito anos, o Honda HR-V desponta com pontuação de 67,7. Já o Ford Ecosport mantém seu domínio inabalável entre SUVs com idade a partir de nove anos, com 81,3.

Dia das Mães: 77% pretendem presentear

Dados da Pesquisa Dia das Mães 2024, produzida pela Opinion Box com 2.033 pessoas no Brasil, apontou que 77% dos entrevistados pretendem presentear alguém no Dia das Mães e 11% dessas pessoas planejam gastar mais de R$ 400 em suas compras.

O estudo também mostrou que as pessoas buscam por produtos, serviços e promoções a partir de meios digitais e físicos: 42% em sites/e-commerce, 33% em lojas físicas, 32% em sites de pesquisa, 26% no Instagram e 24% nos aplicativos das lojas.

Além disso, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) aumentou 2% em relação a março, atingindo 108,1 pontos. No entanto, ao considerar a comparação com o mesmo mês do ano anterior, o ciclo negativo, iniciado ainda em janeiro de 2023, continuou. O indicador de abril de 2024 está 2,9% mais baixo do que há 12 meses. O Icec é apurado mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Ao contrário do observado nos meses anteriores, o maior destaque mensal para os comerciantes foi o aumento da confiança em relação às condições atuais da sua empresa, com crescimento de 6,4% em relação ao mês anterior.

"Isso evidencia que os varejistas estão percebendo de maneira mais acentuada os impactos positivos que a economia e o comércio estão exercendo em seus estabelecimentos, indicando uma melhoria significativa do ambiente de negócios" afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. Com isso, o subindicador de condições atuais continuou sendo a principal influência da confiança do empresário, com aumento de 4,2%.

A melhora da confiança do comércio, que teve crescimento de 3,4% no mês, é corroborada pelo avanço do resultado do comércio varejista ampliado, que acelerou 8,2% no acumulado do primeiro bimestre deste ano e vem demonstrando alta da taxa acumulada em 12 meses desde metade do ano passado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dando expectativas favoráveis para os próximos meses.

Os resultados favoráveis indicam uma evolução da percepção do setor, assim como observado na avaliação positiva dos consumidores neste mês. A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), pesquisa também realizada pela CNC, apontou o primeiro aumento do ano em abril, de 0,4%, principalmente por causa da melhora tanto da expectativa de consumo quanto do acesso ao crédito.

O subindicador que mede as expectativas do empresário foi o que menos subiu no mês – apenas 0,4% – e, inclusive, voltou ao campo negativo na variação anual, com queda de 1,9% após três meses em nível superior aos verificados nos mesmos meses do ano passado.

"Ou seja, a incerteza econômica para os próximos meses em relação às medidas fiscais e, consequentemente, aos próximos passos da evolução da taxa de juros já está sendo considerada pelos varejistas nas decisões em relação aos seus negócios", explica a economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Desafios na receita de bancos brasileiros

Fitch Ratings: Juros e crescimento mais baixos

Para a Fitch Ratings, os cortes na Selic continuarão a desafiar a geração de receitas dos bancos brasileiros em 2024. O ritmo e a magnitude de redução da taxa básica de juros ainda são incertos, mas o aumento das margens líquidas no curto prazo será contrabalançado por operações de crédito menos rentáveis e com modesto crescimento real. A Selic mais baixa também deve favorecer a melhora dos spreads a curto prazo, uma vez que grande parte da captação com taxa flutuante tem reprecificação mais rápida do que as operações de crédito com taxa fixa.

A maioria dos ratings de bancos brasileiros tem Perspectiva Estável, refletindo grandes e diversificadas franquias domésticas, com capital e liquidez fortes e uma saudável lucratividade antes de provisionamento. No entanto, as sensibilidades negativas dos ratings incluem uma ação negativa no rating soberano ou reduções significativas e prolongadas nos índices de Capital Nível 1 ou de resultado operacional/ativos ponderados pelo risco. A longo prazo, a pressão sobre rentabilidade e spreads deve ser compensada pela retomada da atividade de crédito.

A nomeação de um novo presidente do Banco Central no fim do ano também pode influenciar a política monetária. Contudo, isto dependerá da inflação e da dinâmica fiscal do país. Da mesma forma, as repercussões macroeconômicas dos conflitos globais e das políticas monetárias das economias desenvolvidas podem continuar sendo um fator-chave para limitar o ritmo da flexibilização monetária brasileira.

A Fitch acredita que o ritmo de crescimento da economia doméstica desacelerará para 1,7% em 2024, de aproximadamente 3,0% em 2023 e 2022, antes de subir para 2,1% em 2025. O Banco Central reduziu a Selic em 50 pontos-base, para 10,75%, em março de 2024. A atual taxa está 300 pontos-base abaixo da de julho de 2023.

O risco da taxa de juros pode, por sua vez, aumentar os riscos de mercado dos bancos classificados pela Fitch, resultando em volatilidade da margem financeira líquida por meio de reprecificação de operações de crédito e captação principal. Contudo, em geral, a utilização de hedge fornece boa proteção contra riscos de mercado, e os bancos estão estruturalmente bem posicionados para o ciclo de redução de juros.

No Brasil, os spreads das operações de crédito estão caindo em linha com as expectativas da Fitch, após a Selic chegar a 13,5% em meados de 2023. Em meio ao afrouxamento monetário e à expectativa de modesto crescimento das operações de crédito em 2024, receitas e resultados serão ainda mais pressionados pelos tetos de juros recentemente aprovados, especialmente para o consignado, que representam 28% do mercado de varejo.

Ineep critica aprovação de dividendos extraordinários

A decisão da Petrobras e de seu acionista controlador, a União, de aprovarem a distribuição de 50% dos dividendos extraordinários de 2023 não está alinhada com os interesses de longo prazo da companhia e da sociedade brasileira, tais como novos investimentos em transição energética, abastecimento e segurança nacional.

O comentário foi feito nesta quinta-feira pelo diretor técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), Mahatma Ramos dos Santos, após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), que decidiu pelo pagamento dos dividendos extraordinários.

Segundo Santos, com a aprovação dos 50% (R$ 21,9 bilhões), a Petrobras e seu acionista controlador se rendem a pressões do mercado e distribuem R$ 94,35 bilhões em dividendos no exercício de 2023. Esse é, segundo ele, o terceiro maior volume da história da companhia e só fica atrás dos megadividendos distribuídos pela estatal durante o governo Bolsonaro, no biênio 2021 e 2022, quando a média anual de dividendos pagos foi de R$ 155,7 bilhões.

A Federação Únicas dos Trabalhadores (FUP) lamentou que tenha prevalecido a política de distribuição de mega dividendos, com pagamento de ganhos extraordinários implementada pelo governo anterior. Para a FUP, a Petrobras precisa rever as regras que o mercado financeiro impôs à empresa e que acarretam um desequilíbrio de poder na condução da companhia e nas necessidades de investimentos.

Fitch afirma e retira Ratings da Americanas

Por razões comerciais a Fitch Ratings retirou os ratings IDRs (Issuer Default Ratings- Ratings de Inadimplência do Emissor) de Longo Prazo em Moedas Estrangeira e Local 'D', o Rating Nacional de Longo Prazo 'D(bra)' e o rating 'D(bra)' das debêntures sem garantias da Americanas S.A. (Americanas).

Ao mesmo tempo, a agência afirmou os ratings das notas globais seniores sem garantia emitidas pelas subsidiárias integrais da Americanas JSM Global S.a.r.l. e B2W Digital Lux S.a.r.l. em 'C'/'RR5', e posteriormente, retirou os ratings dos três emissores. Ressalya, também, que a afirmação dos ratings reflete o fato de a Americanas continuar em processo de recuperação judicial, concedida em 19 de janeiro de 2023.. Dessa forma, a Fitch não fornecerá mais rating ou cobertura analítica para a Americanas.

Segundo a Fitch, a Americanas permanece em recuperação judicial e continua executando seu plano de capitalização, que será votado em reunião extraordinária em maio de 2024. Os dados financeiros anuais de 2023 ainda não foram divulgados. A análise de recuperação da agência assume que a Americanas seria considerada uma empresa going-concern (GC) em processo de recuperação e que seria reestruturada, em vez de liquidada. Também assumiu um percentual de 10% referente a ações administrativas.

A Americanas é uma varejista brasileira com operações física e online. Em setembro de 2023, contava com aproximadamente 1,8 mil lojas. Em janeiro de 2023, entrou com pedido de recuperação judicial. A Fitch informa que as informações utilizadas nesta análise são provenientes da Americanas S.A. A classificação de risco foi comunicada à entidade avaliada ou a partes a ela relacionadas, e o rating atribuído não foi alterado em virtude desta comunicação.

PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 05.078.186/0001-15 - NIRE 33.3.0027357-3

Ficam convocados os acionistas da **PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **30 de abril de 2024 às 16:00h,** através da modalidade semipresencial, ou seja, virtualmente através de plataforma digital que permitirá aos acionistas realizar votações de forma remota, atendendo à Instrução Normativa DREI 81/2020, ou presencialmente no endereço localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Luiz Antônio Campos Mello nº 02, sala 704, Jacarepaguá, CEP 22.775-024, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada das contas dos administradores e demonstrações financeiras; 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleição do Conselho de Administração; 4. Remuneração global dos administradores da Companhia; 5. Mudança no endereço da sede da Companhia com a respectiva alteração do Estatuto Social; e 6. Deliberar acerca dos débitos de IPTU do empreendimento desenvolvido pela Companhia. **Rafael Musiello Vieira** - Presidente do Conselho de Administração.

IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A
CNPJ: 33.255.787/0001-91
AUDITORIA AMBIENTAL

A IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 12/03/2024, Relatório de Auditoria Ambiental de Acompanhamento do período de Jan/2023 a Nov/2023, para realizar as atividades de fabricação de produtos químicos diversos - cargas para extintores de incêndio, reveladores e fixadores preparados para fotografia, solução para baterias, fluídos para freios, desincrustantes para caldeiras, reagentes para análises, corantes para microscópio, e informa que este estará à disposição para consulta na Rua Dr. Sabino Arias, 187 - Mantiquira no Município de Duque de Caxias, no período de 15/05/2024 a 15/06/2024, das 8h às 17h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo PD-07/014.622/2017).

EVOLTZ PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF n° 28.037.759/0001-68 - NIRE 33300329536
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2024.

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de abril do ano de 2024, às 8 horas, na sede da **EVOLTZ Participações S.A.** ("Companhia"), situada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, salas 203 e 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022. **2. Presenças**: Registrada em livro próprio da Companhia a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Presentes, também, na qualidade de convidados, os Administradores da Companhia e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("E&Y"), auditor independente da Companhia responsável por auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **3. Publicações**: O relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados na edição de 12 de abril de 2024 no jornal Monitor Mercantil, págs. 9 a 11. **4. Convocação**: Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, tendo e vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **5. Mesa**: Dentre os presentes foi convidado para presidir a mesa o Sr. Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino e, para secretariá-lo, a Sra. Renata Alvarez Vieira. **6. Ordem do Dia:** Deliberar, em Assembleia Geral Ordinária, sobre a seguinte ordem do dia: **6.1** Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **6.2** Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **6.3** Fixar a remuneração dos administradores para o período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária de 2024 e a Assembleia Geral Ordinária de 2025. **7. Deliberações**: Após o exame, análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, além da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76, o quanto segue: **7.1.** Uma vez tomadas as contas dos Administradores da Companhia, aprovar, sem ressalvas, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovada a proposta da administração no sentido de que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de **R$ 216.956.515,78** (duzentos e dezesseis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e setenta e oito centavos), seja destinado da seguinte forma: **(i) R$ 10.847.825,79** (dez milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) para constituição da Reserva Legal; **(ii) R$ 15.109.055,92** (quinze milhões, cento e nove mil, cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos) a título de Reserva de Incentivo Fiscal Reflexa; **(iv) R$ 178.979.110,49** (cento e setenta e oito milhões, novecentos e setenta e nove mil, cento e dez reais e quarenta e nove centavos) para distribuição de dividendos, sendo R$ 47.749.908,52 (quarenta e sete milhões, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e oito reais e cinquenta e dois centavos) correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado, para distribuição do dividendo mínimo obrigatório; R$ 131.229.201,97 (cento e trinta e um milhões, duzentos e vinte e nove mil, duzentos e um reais e noventa e sete centavos) para distribuição de dividendo adicional; e **(v) R$ 12.020.523,58** (doze milhões, vinte mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos), para a Reserva de Retenção de Lucros. Tendo em vista a insignificância dos valores a distribuir aos acionistas minoritários, 12365367 Canada Inc., 12365359 Canada Inc. e 12365341 Canada Inc., estes renunciam expressamente ao direito de recebimento dos dividendos aprovados, cabendo o recebimento apenas ao acionista majoritário, Leovac Participações S.A. **7.3.** Aprovar o montante global e anual de até R$ 8.831.858,00 (oito milhões, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais) para a remuneração dos administradores da Companhia no período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária de 2024 e a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2025. **8. Documentos arquivados**: Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação prévia dos acionistas e demais participantes da presente Assembleia. **9. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, que vai assinada pela Mesa e pelos acionistas presentes. A publicação da ata se dará conforme autorizado pela Assembleia nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **10. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino; Secretária - Renata Alvarez Vieira. Acionistas presentes: Leovac Participações S.A., 12365367 Canada Inc., 12365359 Canada Inc. e 12365341 Canada Inc. (A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.) Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Presidente, Renata Alvarez Vieira - Secretária. JUCERJA nº 6194208 em 19/04/2024.

EVOLTZ VIII TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF: 10.515.756/0001-27 - NIRE: 33.3.0028916-0
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2024.

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de abril do ano de 2024, às 13 horas, na sede da **EVOLTZ VIII Transmissora de Energia S.A.**, ("Companhia"), situada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, Lote 1, PAL 46742, sala 204, Parte, Edifício Office Park Center, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ – Brasil, CEP: 22775-022. **2. Presenças:** Registrada em livro próprio da Companhia a presença do acionista representando a totalidade do capital social. Presentes, também, na qualidade de convidados, os Administradores da Companhia e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("E&Y"), auditor independente da Companhia responsável por auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **3. Publicações:** Dispensadas na forma do artigo 289 da Lei 6.404/76. As divulgações foram realizadas no site da Companhia e na Central de Balanços do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital). **4. Convocação:** Dispensada a convocação na forma do art. 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **5. Mesa:** Dentre os presentes foi convidado para presidir a mesa o Sr. Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino e, para secretariá-lo, a Sra. Renata Alvarez Vieira. **6. Ordem do Dia:** Deliberar, em Assembleia Geral Ordinária, sobre a seguinte ordem do dia: **6.1** Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **6.2** Aprovar a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **6.3** Fixar a remuneração da Diretoria. **7. Deliberações:** Após o exame, análise e discussão das matérias da ordem do dia, foi deliberado pelo acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições ou ressalvas, além da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76, o quanto segue: **7.1.** Uma vez tomadas as contas dos Administradores da Companhia, aprovar, sem ressalvas, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovar a proposta da administração para que o lucro líquido apurado no exercício social findo em 31.12.2023, no montante de **R$ 3.747.012,42** (três milhões, setecentos e quarenta e sete mil, doze reais e quarenta e dois centavos), seja destinado da seguinte forma: **(i) R$ 187.350,62** (cento e oitenta e sete mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e dois centavos) para constituição da Reserva Legal; e **(ii) R$ 3.559.661,80** (três milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta centavos) para a conta de Reserva de Retenção de Lucros, nos termos do artigo 202, §3º, II, da Lei nº 6.404/76 e por força da cláusula 6.2, (viii) do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos. **7.3.** Aprovar o não pagamento de remuneração aos Diretores neste exercício social, tendo em vista que os mesmos já ocupam cargos na administração de sua acionista controladora e dela já percebem remuneração compatível com as funções exercidas. **8. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia os documentos submetidos à apreciação prévia do acionista e demais participantes da presente Assembleia. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente ata no livro próprio, na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76, que vai assinada pela Mesa e pelo acionista presente. A publicação da ata se dará conforme autorizado pela Assembleia nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. **10. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino; Secretária - Renata Alvarez Vieira. Acionista presente e devidamente representada: Evoltz Participações S.A. (A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio). Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Mesa: Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino - Presidente, Renata Alvarez Vieira - Secretária. JUCERJA nº 6199890 em 24/04/2024.

SANTO AVITO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.299.954/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	2.1/3	3.274	3.067	65.809	31.229
Contas a receber de clientes	2.2	-	-	88.100	116.980
Estoques	2.3	-	-	1.149	939
Adiantamentos a fornecedores		-	-	4.733	5.684
Créditos tributários	2.4	72	32	11.105	9.300
Despesas antecipadas		-	-	200	195
Outros créditos		-	284	1.288	1.510
		3.346	3.383	172.384	165.837
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Créditos com partes relacionadas	4	-	-	46.546	46.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.10	-	-	9.945	10.475
Depósitos, cauções e retenções	5	-	-	20.296	18.799
Outros realizáveis a longo prazo		-	-	859	859
		-	-	77.646	76.721
Investimentos	2.5/6	183.571	174.934	70.878	69.940
Imobilizado	2.6/7	-	-	2.387	2.036
		183.571	174.934	150.911	148.697
Total do ativo		186.917	178.317	323.295	314.534

Passivo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores	2.7	-	-	14.705	9.252
Tributos e obrigações sociais	2.4	15	18	11.646	8.252
Parcelamentos de tributos	2.8	-	-	4.178	4.178
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	-	-	2.774	2.840
Provisões trabalhistas	2.11	-	-	5.005	3.511
Adiantamentos de clientes	2.12	-	-	21.015	11.786
Débitos com partes relacionadas	4	-	-	253	534
		15	18	59.576	40.353
Não circulante					
Parcelamentos de tributos	2.8	-	-	19.197	23.376
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	-	-	47.815	63.195
Retenções contratuais e outros	2.13	-	-	9.805	9.311
		-	-	76.817	95.882
Patrimônio líquido	8				
Capital social		411.435	397.185	411.435	397.185
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.250	-	14.250
Ações em tesouraria		(45.914)	(45.914)	(45.914)	(45.914)
Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	236	7.344	236	7.344
Prejuízos acumulados		(178.855)	(187.222)	(178.855)	(187.222)
		186.902	178.299	186.902	178.299
Total do passivo		186.917	178.317	323.295	314.534

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita bruta da prestação de serviços	2.14	-	-	214.498	84.236
Impostos e contribuições sobre serviços		-	-	(10.075)	(3.933)
Receita operacional líquida		-	-	204.423	80.303
Custo dos serviços prestados	2.15	-	-	(170.854)	(65.676)
Lucro bruto		-	-	33.569	14.627
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	9	(35)	(16)	(56.290)	(45.746)
Depreciação e amortização		-	-	(273)	(241)
Outras operacionais, líquidas	2.17	-	-	(1.558)	2.264
Resultado de equivalência patrimonial	2.5/6	8.117	(7.598)	890	(1.141)
		8.082	(7.614)	(57.231)	(44.864)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		8.082	(7.614)	(23.662)	(30.237)
Resultado Financeiro, líquido	2.16	335	744	32.609	12.892
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		8.417	(6.870)	8.947	(17.345)
Imposto de renda e contribuição social - exercício	2.10	(50)	(137)	(50)	(137)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.10	-	-	(530)	10.475
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.367	(7.007)	8.367	(7.007)
Quantidade de ações (por lotes mil)		586.387	543.205	586.387	543.205
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação - R$		0,01	(0,01)	0,01	(0,01)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	AFAC	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	371.260	-	(45.914)	(7.344)	(180.215)	137.787
Aumento de capital social	25.925	-	-	-	-	25.925
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.250	-	-	-	14.250
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	7.344	-	7.344
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(7.007)	(7.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	397.185	14.250	(45.914)	-	(187.222)	178.299
Aumento de capital social	14.250	-	-	-	-	14.250
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(14.250)	-	-	-	(14.250)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	236	-	236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.367	8.367
Saldos em 31 de dezembro de 2023	411.435	-	(45.914)	236	(178.855)	186.902

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Lucro líquido do exercício		8.367	(7.007)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
- Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	236	7.344
Resultado abrangente do exercício		8.603	337

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.367	(7.007)	8.367	(7.007)
Ajustes para conciliar o resultado com os recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	(8.117)	7.598	(617)	1.382
Depreciação e amortização	-	-	273	241
Equivalência patrimonial	(8.117)	7.598	(890)	1.141
Variações nos ativos e passivos operacionais	477	(18.712)	27.502	(43.812)
Contas a receber de clientes	-	-	28.880	3.611
Créditos tributários	(40)	30	(1.805)	(1.708)
Créditos com partes relacionadas	284	(134)	42	(1.566)
Impostos diferidos	-	-	530	(6.692)
Outros ativos	-	-	(539)	(3.877)
Fornecedores	-	-	5.453	1.829
Tributos e obrigações sociais	(3)	(26)	3.394	1.091
Parcelamentos	-	-	(19.625)	(19.931)
Débitos com partes relacionadas	-	(25.926)	(281)	(25.629)
Ajuste de avaliação patrimonial	236	7.344	236	7.344
Outros passivos	-	-	11.217	1.716
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades operacionais	727	(18.121)	35.252	(49.437)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Adições/baixas de imobilizado	-	-	(624)	-
Investimentos	(520)	(21.824)	(48)	(23)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(520)	(21.824)	(672)	(23)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Aumento de capital social	14.250	25.925	14.250	25.925
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.250)	14.250	(14.250)	14.250
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	-	40.175	-	40.175
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	207	230	34.580	(9.285)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	3.067	2.837	31.229	40.514
No final do exercício	3.274	3.067	65.809	31.229
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	207	230	34.580	(9.285)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional: A Santo Avito Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de capital fechado, que tem por objeto social a participação na Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em 27 de março de 2024. As demonstrações financeiras consolidadas da Santo Avito Participações S.A. incluem a empresa Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. para efeito de consolidação, como segue:

Empresa	Participação	Classificação
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	100%	Controlada

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma das contas de ativo, passivo, receitas e despesas. Segundo a sua natureza, com as seguintes eliminações: i) Das participações nos balanços, reservas e resultados mantidos entre elas; ii) Dos saldos de partes relacionadas, adiantamento para futuro aumento de capital e outras integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; iii) Do patrimônio líquido da empresa controlada; e iv) Dos efeitos decorrentes de transações realizadas entre as empresas. **2.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **2.2 - Contas a receber de clientes:** A conta é constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2023. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **2.3 - Estoques:** Demonstrados pelo valor de custo do estoque, incluindo todos os custos de aquisição, bem como outros custos indiretos. Não estão registrados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com seu uso ou venda. **2.4 - Ativos e passivos tributários:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a ser recolhido para as autoridades fiscais. A Administração, periodicamente, avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.5 - Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas e controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas e controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **2.6 - Imobilizado:** O custo de um item de um ativo tangível é reconhecido como ativo quando, é provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser mensurado confiavelmente. O valor depreciável dos ativos é apropriado separadamente de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos são revisados pelo menos ao final de cada exercício.

2.7 - Fornecedores: Os títulos emitidos por fornecedores estão registrados pelo seu valor nominal, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros incorridos. **2.8 - Parcelamentos de tributos:** A Companhia aderiu aos parcelamentos na Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para débitos de imposto de renda, contribuição social, previdenciários e não previdenciários. **2.9 - Parcelamentos com órgãos públicos:** Acordos celebrados junto aos órgãos públicos, que resulta no recolhimento de contribuição pecuniária por parte da Companhia. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social:** Corrente: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) e, nos casos de contratos de longo prazo firmados com pessoa jurídica de direito público, a Companhia difere a tributação do lucro até a sua realização. A provisão correspondente encontra-se destacada no ativo ou passivo não circulante. O saldo dos impostos diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A Companhia reconheceu em seu ativo parte do imposto de renda e contribuição social diferidos, limitado na trava dos 30%. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos exercícios sociais. **2.11 - Provisões trabalhistas:** A Companhia registra nessa rubrica a provisão de férias calculada com base nas remunerações no período aquisitivo *pro-rata temporis* dos funcionários ao final de cada exercício. **2.12 – Adiantamentos de clientes:** Refere-se a adiantamentos de clientes decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de serviços. **2.13 – Retenções contratuais:** A empresa retém um percentual estipulado em contrato com os seus fornecedores e após a conclusão dos serviços, desde que não existam pendências contratuais e ou ações trabalhistas ainda não julgadas, a retenção é liberada, mediante Termo de Encerramento e Quitação do Contrato. **2.14 - Receitas:** A Companhia aplica CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com cliente – conforme legislação contábil em vigor, que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviço para um cliente. Esta norma substituiu o CPC 30/IAS 18 – Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. **2.15 - Custos:** Os custos dos contratos compreendem todos os dispêndios que se relacionem diretamente com um contrato específico, os que forem atribuíveis à atividade de contratos em geral e puderem ser alocados ao contrato e outros que forem diretamente debitáveis ao cliente, nos termos do contrato. **2.16 – Receitas e despesas financeiras:** O resultado financeiro líquido inclui rendimentos sobre aplicações financeiras, atualização monetária e juros, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência. **2.17 - Outras operacionais, líquidas:** Compreendem nesse grupo todas as demais receitas e despesas operacionais da Companhia, onde podemos destacar os ganhos nas vendas de ativos. **2.18 - Obras em consórcios:** As participações em consórcio são registradas linha a linha no resultado e no balanço conforme percentual de participação em cada um deles. **2.19 - Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Investimentos e Imobilizado.

2.20 - Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo IASB.

3 - Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e Bancos	2.563	3.242
Aplicações Financeiras	63.246	27.987
	65.809	31.229

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **4 - Débitos com partes relacionadas (Controladora):** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações. **5 - Depósitos Judiciais, Cauções e Retenções:** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As previsões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus consultores legais com baixo risco de perdas, para as quais não há provisão constituída. Os saldos apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos judiciais – Trabalhistas	3.133	3.799
Depósitos judiciais – PIS	269	269
Depósitos judiciais – COFINS	1.661	1.661
Outros depósitos e garantias	15.233	13.070
	20.296	18.799

6 – Investimentos (controladora)

	Participação	2023	2022
Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A.	100,00%	178.035	169.398
Ágio		5.536	5.536
		183.571	174.934

7 - Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	2023 Custo	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Líquido
Máquinas e equipamentos	10% a 16,66%	64.756	(64.756)	-	-
Veículos	20%	11.489	(11.117)	372	507
Embarcações	5%	4.863	(4.863)	-	-
Aeronave	10%	9.592	(9.592)	-	-
Outros imobilizados	15%	10.035	(8.020)	2.015	1.529
		100.735	(98.348)	2.387	2.036

8 - Patrimônio líquido: 8.1 - Capital social: O capital social da Companhia, no montante de R$ 411.435 (R$ 397.185 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 586.386.606 (543.204.636 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. **8.2 - Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas de lucros não foram constituídas devido à Companhia apresentar prejuízos acumulados. **9 - Seguros:** A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens próprios de seu ativo imobilizado, em montante considerado suficiente para cobrir todos os riscos existentes. Possui também apólices de riscos nomeados, com cobertura determinada, definida por orientação de especialistas, levando em consideração a natureza e grau de risco do negócio, em montantes considerado suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos e/ou responsabilidades. **10 - Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **11 - Eventos Subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Andreia Cardoso de Lima - Contadora - CRC-RJ 094712/O-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL – Pelo presente edital, nos termos dos artigos 7º, 8ºe 13º do Estatuto Social, ficam convocados os associados em dia com suas obrigações estatutárias, representados pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES, PESQUISAS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 07/05/2024, às 13hs. em primeira convocação com a presença da maioria absoluta dos associados e às 13:30hs em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, na sede do Sindicato, localizada na Rua André Cavalcante, 128 – Bairro de Fátima – Rio de Janeiro – RJ, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de Contas do exercício de 2023 e b) Previsões Orçamentárias 2024.Rio de Janeiro, 26 de abril de 2024.
Maria Martins Bandeira –Presidente.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0007-44

Aviso de Leilão - Edital nº 002/2024. Leilão: APLBPSUCATAS02-24. Data: 14 de maio de 2024 e 15 de maio de 2024, às 10 horas. **Local:** O leilão será realizado na modalidade online através do Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Geilson Almeida, Leiloeiro, matrícula 287 da JUCERJA. **Objeto:** Veículos conservados (automóveis, motocicletas etc.), veículos com impedimentos judiciais, sucatas inservíveis não identificadas e sucatas identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de veículos conservados, retirados e/ou removidos, não reclamados por seus (suas) proprietários (as) no prazo legal, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rua Vereador Chequer Elias nº 4725 - Vila Helena - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br.**

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 18.593.815/0001-97
NIRE 33.3.0031102-5

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024, às 14:00h. 6. EXTRATO DAS DELIBERAÇÕES: (1) O Conselho de Administração aprova, por unanimidade, nos termos do artigo 16, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia do artigo 142, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), a reeleição dos Srs. (i) **TÚLIO CINTRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 5060048884D, expedida pelo CREA/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.423.248-25, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, Sala 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **MARCELO GONÇALVES COSTA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 2026555-7, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 961.422.437-15, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, Sala 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (iii) **YOSHIRO MARCELO SAKAKI LEAL**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 05395453-09, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 909.654.005-06, com endereço profissional na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, Sala 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, para o cargo de Diretor de Operações da Companhia. Sendo assim, a Diretoria será composta por:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA - PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.	
Túlio Cintra	Diretor Presidente
Marcelo Gonçalves Costa	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Yoshiro Marcelo Sakaki Leal	Diretor de Operações

Ainda, restou consignado por este Conselho que a Diretoria Estatutária permaneceu no exercício de suas funções até a presente reeleição, com o objetivo de não trazer prejuízos para a operação da Companhia, ratificando assim todos os atos praticados após o vencimento do último mandato. (2) Por unanimidade, ainda, o Conselho de Administração ainda aprovou a Proposta da Administração para submissão à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, com realização prevista para 29/4/2024, autorizando a Companhia proceder com a publicação dos documentos necessários bem como a convocação da AGOE. Certifica-se que a presente extraiu parte da ata lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 27 de março de 2024. Mesa: **Bruno de Mello Pereira** - Secretário. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2024.

ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA
CNPJ 33.543.356/0001-20
Rua Alzira Brandão, 241 - Tijuca - CEP 20550-035 - RJ

AVISO

Informamos que nossas **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** dos exercícios findos em 31/12/2023 e 31/12/2022, estão publicadas no endereço eletrônico ***www.congregacaosantosanjos.com.br***, em cumprimento à exigência contida no § único do artigo 41 da Lei 12.101 de 27/11/2009. **Marina Andrade** - Presidente.

A!BODYTECH PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.737.623/0001-90 - NIRE 33.3.0027725-1
Companhia Fechada

AVISO AOS ACIONISTAS: A A!Bodytech Participações S.A informa que os documentos relacionados no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 referentes às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12/2022 e 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, na Rua Guilhermina Guinle, nº 272, Parte, Botafogo, Rio de Janeiro, CEP 22.270-060. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. Alexandre Accioly Rocha - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA SUPRIR VACÂNCIA DA DIRETORIA DO SINDIPROVENTER VIA PROCESSO ELEITORAL

O Presidente do **SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE TERESÓPOLIS/RJ - SINDIPROVENTER**, CNPJ nº 14.856.063/0001-59, Certidão Sindical nº 46666.000421/2012-50 com sede na Av Lúcio Meira nº 330 Sala 105, Teresópolis – RJ, Várzea, CEP 25953-001, CONVOCA todos seus associados da ativa e aposentados em pleno gozo dos seus direitos sindicais, para comparecer em Assembleia Geral Extraordinária na sede deste sindicato no dia 14 de maio de 2024 com primeira chamada as 14:00hs, segunda chamada as 15:00hs e terceira e última chamada as 16:00hs para deliberar e votar a seguinte pauta: **(1)** Registro de chapas para candidatura, eleição e posse para reposição de vacância da Diretoria no mandato vigente nos termos dos Artigos 5, 8, 22, 27 e 50 do Estatuto Social. Teresópolis/RJ, 25 de abril de 2024.
Tiago Portella Scofano - CPF 087.502.447-52 - Diretor Presidente.

Ocyan Drilling S.A.

CNPJ/MF Nº 37.964.448/0001-35

Foresea

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das principais notas explicativas. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.
A ADMINISTRAÇÃO.

Comunicamos adicionalmente, que a Ocyan Drilling S.A. finalizou o processo de alteração de nome para Foresea S.A. em 26/03/2024.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	131.144	28.233	164.674	30.196
Aplicação financeira	5	-	8.688	2	8.688
Contas a receber	6	124.120	71.226	124.120	71.226
Tributos a recuperar		52.242	29.384	52.242	29.384
Adiantamentos a fornecedores		19.359	10.394	20.349	10.597
Despesas antecipadas		882	-	882	-
Partes relacionadas		90.296	90.164	98.245	95.534
Outros ativos		5.928	565	7.110	565
		423.971	238.654	467.624	246.190
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas		-	-	204.250	220.130
Direito de uso	7	15.630	-	15.630	-
Outros ativos		3.960	2.032	3.960	2.032
		19.590	2.032	223.840	222.162
Investimentos	8	324.972	242.602	-	-
Intangível		49.912	2.432	49.912	2.432
Imobilizado		15.231	352	15.231	1.198
		409.705	247.418	288.983	225.792
Total do ativo		833.676	486.072	756.607	471.982

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Circulante					
Passivo de arrendamento	7	3.066	-	3.066	-
Fornecedores		110.154	25.057	125.799	28.867
Tributos a recolher		30.287	18.572	30.377	18.576
Obrigações sociais e trabalhistas		85.165	86.232	86.139	86.232
Partes relacionadas		15.963	87.343	15.963	88.222
Provisões		3.613	-	3.613	-
Outros passivos		17	38	160	38
		248.265	217.242	265.117	221.935
Não circulante					
Passivo de arrendamento	7	13.315	-	13.315	-
Provisão para contingências	9	13.993	-	13.993	-
Partes relacionadas		93.921	18.783	-	-
		121.229	18.783	27.308	-
Patrimônio líquido					
Capital social		12.600	2.200	12.600	2.200
Reserva de capital		533.115	246.360	533.115	246.360
Ajuste de avaliação patrimonial		(10.429)	3.717	(10.429)	3.717
Prejuízo acumulado		(71.104)	(2.230)	(71.104)	(2.230)
		464.182	250.047	464.182	250.047
Total do passivo e patrimônio líquido		833.676	486.072	756.607	471.982

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022	2.200	372.431	37.791	(1.278)	411.144
Compensação de prejuízos	-	(130.271)	-	130.271	-
Aumento da reserva de capital	-	4.200	-	-	4.200
Prejuízo do exercício	-	-	-	(131.223)	(131.223)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior (Nota 8)	-	-	(32.780)	-	(32.780)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	(1.294)	-	(1.294)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(34.074)	(131.223)	(165.297)
Em 31 de dezembro de 2022	2.200	246.360	3.717	(2.230)	250.047
Aumento de capital e reserva de capital	10.400	286.755	-	-	297.155
Prejuízo do exercício	-	-	-	(68.874)	(68.874)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior (Nota 8)	-	-	(15.440)	-	(15.440)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	1.294	-	1.294
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(14.146)	(68.874)	(83.020)
Em 31 de dezembro de 2023	12.600	533.115	(10.429)	(71.104)	464.182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Operações continuadas					
Receita líquida	10	1.325.377	488.437	1.424.245	503.479
Custo dos serviços prestados	11	(1.276.408)	(456.982)	(1.376.449)	(473.058)
Lucro bruto		48.969	31.455	47.796	30.421
Despesas gerais e administrativas		(99.633)	(20.453)	(102.264)	(20.452)
Participação no resultado de controladas	8	(7.772)	(135.071)	-	-
Outras receitas operacionais		464	-	464	-
Resultado operacional		(57.972)	(124.069)	(54.004)	9.969
Despesas financeiras		(19.442)	(2.249)	(25.376)	(136.340)
Receitas financeiras		10.620	2.818	12.586	2.871
Resultado financeiro, líquido		(8.822)	569	(12.790)	(133.469)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		(66.794)	(123.500)	(66.794)	(123.500)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(2.080)	(7.723)	(2.080)	(7.723)
Prejuízo do exercício		(68.874)	(131.223)	(68.874)	(131.223)
Prejuízo básico por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia – em reais		(5.466,19)	(59.646,88)		

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 – Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício		(68.874)	(131.223)	(68.874)	(131.223)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	8	(15.440)	(32.780)	(15.440)	(32.780)
Hedge de fluxo de caixa		1.294	(1.294)	1.294	(1.294)
Total do resultado abrangente do exercício		(83.020)	(165.297)	(83.020)	(165.297)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(66.794)	(123.500)	(66.794)	(123.500)
Participação no resultado de controladas	7.772	135.071	-	-
Depreciação e amortização	13.613	-	13.894	162
Baixa por incorporação	7	-	-	-
Provisão para contingências	13.993	-	13.993	-
Provisões	3.613	38	3.613	38
Resultado financeiro, líquido	(220)	-	1.319	132.683
	(28.016)	11.609	(33.975)	9.383
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(52.894)	(71.226)	(52.894)	(71.226)
Tributos a recuperar	(22.858)	(29.351)	(22.858)	(29.351)
Despesas antecipadas	(882)	-	(882)	-
Partes relacionadas	(72.391)	11.059	(74.970)	5.502
Adiantamento a fornecedores	(8.965)	(10.394)	(9.752)	(10.394)
Outros ativos	(7.291)	(2.563)	(8.473)	(2.766)
Fornecedores	85.097	25.020	96.932	28.811
Tributos a recolher	9.635	9.233	9.721	9.237
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.067)	79.341	(93)	79.341
Outros passivos	(21)	-	122	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações	(99.653)	22.728	(97.122)	18.537
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação financeira	8.688	(8.688)	8.686	(8.688)
Adições de investimentos	(105.589)	(5.217)	-	-
Adições de ativo imobilizado	(16.930)	(352)	(16.930)	(352)
Adições de ativo intangível	(1.633)	(2.431)	(1.633)	(2.431)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(115.464)	(16.688)	(9.877)	(11.471)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
De terceiros				
Pagamento de passivo de arrendamento	(2.793)	-	(2.793)	-
Partes relacionadas	78.321	17.439	-	16.445
Dos acionistas				
Aumento de capital	10.400	4.200	10.400	4.200
Aumento de reserva de capital	232.100	-	232.100	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	318.028	21.639	239.707	20.645
Efeito da variação cambial no caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.770	257
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	102.911	27.679	134.478	27.968
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.233	554	30.196	2.228
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131.144	28.233	164.674	30.196

Transação não caixa - 2023: Controladora e Consolidado: (i) Partes relacionadas no montante de R$ 973 em contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial (*hedge* de fluxo de caixa). (ii)Adição de intangível no montante de R$ 54.655 em contrapartida a reserva de capital. (iii) Adição de direito de uso no montante de R$ 17.855 em contrapartida a passivo de arrendamento. **Transação não caixa - 2022: Controladora:** (i) Partes relacionadas no montante de R$ 1.294 em contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial (*hedge* de fluxo de caixa). **Consolidado:** (i) Partes relacionadas no montante de R$ 1.008 em contrapartida do ativo imobilizado

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Ocyan Drilling S.A. ("Ocyan Drilling" ou "Companhia"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro (Brasil), foi constituída em 29 de junho de 2020. A Companhia é controlada pela AIAS Holding GmbH ("AIAS"), tendo como controladora final a Foresea Holding S.A. ("Foresea"), sendo localizadas em Viena (Áustria) e na Cidade de Luxemburgo (Luxemburgo), respectivamente. A Foresea é a empresa líder do Grupo Foresea ("Grupo"). A Ocyan Drilling e suas controladas atuam na prestação de serviços de afretamento e/ou operação de unidades próprias ou terceiros destinados à exploração, desenvolvimento e produção de poços de petróleo e gás, bem como locação de equipamentos diversos aplicados nas atividades relacionadas com a exploração e a produção de petróleo e gás. Em 31 de dezembro de 2023, a Ocyan Drilling possui as seguintes empresas controladas e com participação direta e indireta:

		Participação direta e indireta no capital social (%)	
	País	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Controladas diretas			
Foresea Drilling Services Ltd. ("FDSL")	Ilhas Cayman	100	100
ODN I Perfurações Ltda	Brasil	-	100
Foresea Drilling United Kingdom Ltd ("FDUK")	Reino Unido	100	100
Controladas indiretas			
SPV Credores	Ilhas Cayman	-	100

1.1 Reestruturação financeira: Em 2017, a Ocyan S.A. ("Ocyan"), prestadora de serviços do setor de Petróleo e Gás, realizou uma reestruturação financeira na qual suas dívidas *Bonds 2021 & 2022* foram divididas em duas tranches. *Tranche 1* com vencimentos em 2021 e 2022, *Tranche 2* com vencimento em 2026 com pagamento em espécie ("*PIK*") que aumentou o montante da dívida ao longo do tempo. A Ocyan negociou uma proposta com um grupo representativo de credores do *Bond 21* e *Bond 22* (o "*Grupo Ad Hoc*"). Em 12 de dezembro de 2022, as subsidiárias da Ocyan, incluindo a Ocyan Drilling e as subsidiárias desta, listadas acima na Nota 1, relacionadas ao negócio de perfuração, celebraram contratos com o *Grupo Ad Hoc*. De acordo com os contratos mencionados, tais subsidiárias e os credores concordaram em (i) reestruturar o perfil da dívida e a estrutura de capital das subsidiárias, (ii) efetuar uma reestruturação organizacional do negócio de perfuração das empresas envolvidas, e (iii) fornecer novos recursos para apoiar a liquidez do empreendimento reorganizado. De acordo com o Plano Extrajudicial ("Plano EJ"), a *Tranche 2* do *Bond 21* e do *Bond 22* foi trocada principalmente por participação acionária em uma nova holding domiciliada em Luxemburgo (Foresea) para a qual o Negócio de Perfuração (incluindo o patrimônio nas Subsidiárias) foi transferido, e novas ações emitidas pela Foresea (as "Novas Notas"). O Plano EJ entrou em vigor em 7 de junho de 2023 (a "Data Efetiva") após todas as condições precedentes do Plano EJ terem sido satisfeitas e todos os atos de fechamento contemplados nele devidamente executados. O processo abrangente de redução da dívida efetuado através do Plano EJ garante ao Grupo solida liquidez, fortalece a sua posição financeira de curto e longo prazo e permite aproveitar as oportunidades disponíveis na indústria de Petróleo e Gás. **2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(b) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferirem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas e individuais, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais "R$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e as premissas que apresentam risco significativo e que podem causar ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. **(a) Vida útil do imobilizado:** Os valores contábeis dos equipamentos são baseados em estimativas, premissas e julgamentos sobre sua vida útil. Estas estimativas, premissas e julgamentos refletem as expectativas da administração em relação ao uso dos equipamentos. Os equipamentos são depreciados pelo método linear. **(b) Provisão para contingência:** O Grupo avalia e reconhece, quando aplicável, provisão para causas trabalhistas, cível e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Recursos em conta corrente e em caixa (R$)	3.959	15.931	3.959	15.998
Recursos em conta corrente e em caixa (US$)	-	-	23.775	1.896
Depósitos bancários (R$)	127.185	12.302	127.185	12.302
Depósitos bancários (US$)	-	-	9.755	-
	131.144	28.233	164.674	30.196

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os depósitos bancários de curto prazo estão representados principalmente por operações pós fixadas em Compromissadas de curto prazo, com resgate em período inferior a noventa dias da data de contratação, denominadas em reais e em dólares norte-americanos. **5 Aplicação financeira:** Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras estão representadas por contas de uso restrito com o Bradesco, denominadas em reais e com o *rating* "BB-", de acordo com a agência *Standard & Poor's*. **6 Contas a receber:** Contas a receber referem-se a valores a receber por contratos de prestação de serviços relativos às unidades de perfuração utilizadas na exploração de petróleo e gás no Brasil. Historicamente, não houve inadimplência nas contas a receber ou atrasos nas cobranças. Nossos principais clientes são grandes multinacionais que atuam no setor de petróleo e gás e o principal cliente, a Petrobras, possui classificação de grau de investimento atribuído pelas principais agências de rating e foi avaliado: *Fitch* "BB", *Standard & Poor's* "BB" e *Moody's* "Ba1". **7 Direito de uso e passivo de arrendamento**: A Companhia contabilizou como direito de uso: (i) o contrato de aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 997m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia no Rio de Janeiro; (ii) o contrato de aluguel *Build-to-Suit* de uma área de 3.150m² do edifício onde fica localizada a sede da Companhia em Macaé; (iii) o contrato de aluguel, em Macaé, de uma área de 5.000m² de área coberta, para utilização de base operacional com escritórios e estações de trabalho e área de 25.000m² de área externa. Todos os contratos mencionados acima, celebrados em 2023, a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do espaço específico do edifício, assim como possibilita o direcionamento do seu uso. Como contrapartida, a Companhia tem a obrigação de realizar pagamentos mensais conforme estabelecido no contrato. A Companhia optou por adotar o expediente prático, aplicando o método retrospectivo modificado a partir de 1º de janeiro de 2019. Com relação ao passivo de arrendamento, a Companhia mensurou ao valor presente dos pagamentos remanescentes, utilizando a taxa incremental na data da aplicação inicial, calculada a partir de taxa representativa do custo de capital de terceiros da Companhia, a partir de operação equivalente realizada. Após a data de início, o passivo de arrendamento é mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir os pagamentos dos aluguéis efetuados. Segue abaixo a movimentação da conta de direito de uso:

	31 de dezembro de 2023
Adição referente a contratos de aluguel	17.855
Depreciação do exercício	(2.225)
Em 31 de dezembro de 2023	15.630

Segue abaixo a movimentação da conta de passivo de arrendamento:

	31 de dezembro de 2023
Adições referente a contrato de aluguel	17.855
Juros sobre passivo de arrendamento	1.319
Pagamentos efetuados	(2.793)
Em 31 de dezembro de 2023	16.381
Passivo circulante	(3.066)
Passivo não circulante	13.315

8 Investimentos:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
No início do exercício	242.602	405.236
FDSL		
Capital adicionado	99.515	5.118
Participação no resultado de controlada – equivalência patrimonial	(5.707)	(135.001)
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	(15.215)	(32.780)
ODN I Perfurações		
Capital adicionado	-	99
Baixa por incorporação	(7)	
Participação no resultado de controlada – equivalência patrimonial	(23)	(70)
FDUK		
Capital adicionado	6.074	-
Participação no resultado de controlada – equivalência patrimonial	(2.042)	-
Ajuste de conversão de moeda de controlada localizada no exterior	(225)	-
No final do exercício	324.972	242.602

9 Provisões e Contingências: (a) Provisões : Após a reestruturação societária realizada em 7 de junho de 2023 (vide Nota 1.1), em acordo com a empresa atualmente como parte relacionada Ocyan S.A., o Grupo passou a ser responsável por todos os processos e obrigações relacionados ao negócio de perfuração, consequentemente o Grupo reconhece o montante de R$ 13.993 em 31 de dezembro de 2023 relativo a provisões trabalhistas (R$ 12.411) e cíveis (R$ 1.582). (b) Contingências: O Grupo também possui processos trabalhistas, cíveis e tributários, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nenhuma provisão foi contabilizada no valor estimado de R$ 15.104 em 31 de dezembro de 2023. Por outro lado, o Grupo também possui processos fiscais, nos quais aparece como autor. A administração estimou o valor em aproximadamente R$ 2.112 em 31 de dezembro de 2023. Nenhum ativo contingente foi reconhecido na data do balanço. **10 Receita líquida:** A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Receita bruta	1.426.908	525.751	1.525.801	540.809
Impostos sobre a receita	(101.531)	(37.314)	(101.556)	(37.330)
Receita líquida	1.325.377	488.437	1.424.245	503.479

11 Custo dos serviços prestados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	**31 de dezembro de 2022**	**31 de dezembro de 2023**	**31 de dezembro de 2022**
Pessoal	(546.780)	(224.682)	(559.589)	(224.682)
Serviços de terceiros	(549.558)	(152.378)	(579.118)	(152.639)
Materiais, energia e outros	(135.043)	(58.836)	(190.659)	(74.487)
Depreciação e amortização	(11.416)	-	(11.697)	-
Outros custos	(33.611)	(21.086)	(35.386)	(21.250)
	(1.276.408)	(456.982)	(1.376.449)	(473.058)

12 Eventos subsequentes: A Foresea assinou uma prorrogação de 363 dias para o contrato do navio-sonda ODN II em águas ultraprofundas com a Petrobras, para operar na Margem Equatorial Brasileira. A prorrogação começou em 5 de março de 2024, em continuação direta à prorrogação anterior de 30 dias concedida em fevereiro deste ano. Esse contrato tem opção de prorrogação por mais 233 dias. **13 Aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pela Administração e autorizada sua emissão em 25 de março de 2024.

Diretoria: Rogerio Luis Murat Ibrahim; Patricia Perez Ruiz Sayao; Mario Luiz Nano Gomes; Heitor Luiz Gioppo; Carolina Ferreira Caetano da Silva Lemos.
Controller: Rafael Santos Velo.
Contadora: Juciane Pereira da Silva Cavaleiro - CRC- RJ 112422/O

As Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Relatório do Auditor Independente, estão publicadas e disponíveis, na íntegra, para consulta no site deste jornal Monitor Mercantil – "publicidadelegal.monitormercantil.com.br"

Seguro de auto: 1º trimestre com queda do valor do para homens

Já as mulheres amargaram aumento de 25%

Levantamento da Minuto Seguros, corretora digital independente da Creditas, divulgado nesta quinta-feira, mostra queda no valor do seguro dos carros mais vendidos no Brasil no primeiro trimestre. A queda foi de 46% para homens e aumento de 25% para mulheres. Somente em março, o seguro dos dez carros mais vendidos do Brasil teve uma variação significativa, fechando o comparativo mensal com queda de 34% para os homens e alta de quase 20% para as mulheres.

O ranking abrange 11 capitais brasileiras e considera a lista divulgada pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) para determinar os dez carros mais vendidos no período. Os números que mostram queda no valor do seguro para o perfil masculino ocorrem pelo segundo ano seguido, quando as apólices registraram queda superior a 21% em março de 2023 e de quase 33% no trimestre.

"Como a variação expressiva no perfil masculino ocorreu pelo segundo ano seguido, podemos enxergá-la como uma interessante tendência sazonal, que poderá ser confirmada com os próximos levantamentos. Já o aumento acentuado dos preços para as mulheres é alto para um único mês e pode ser enxergado como um ajuste de mercado com possibilidade de se normalizar nos meses seguintes", explica Michel Tanam, Gerente Comercial da Minuto Seguros.

Considerando o preço médio de março/24 contra fevereiro/24), a cidade com os menores preços médios, tanto para o perfil masculino quanto para o feminino, dentre os modelos analisados, foi Porto Alegre, onde o valor foi de R$ 1.908,59 (-42,6%) para homens, e R$ 2.137,20 (+10%) para mulheres.

Belo Horizonte registrou os maiores preços médios no perfil masculino, com R$ 3.246,40 (-18,1%). Enquanto isso, Salvador foi a cidade com os maiores preços no perfil feminino, atingindo R$ 3.860,90 (+18,1%). A média geral para todos os modelos e capitais é de R$ 2.479,44 (-34%) para o perfil masculino, e R$ 2.969,23 (+19,7%) para o perfil feminino.

Modelos mais vendidos

De acordo com o levantamento, o Novo Polo Comfortline se mantém em primeiro na lista dos mais vendidos, registrando uma queda no perfil masculino e um aumento no feminino. No masculino, o modelo atinge o valor médio do seguro de R$ 2.319,00 (-34,9%). Já no feminino, o preço médio é de R$ 2.847,23 (+33,5%). A maior variação do modelo para os homens ocorre no Rio de Janeiro, alcançando R$ 2.406,04 (-60,7%), enquanto para as mulheres é em Belo Horizonte, alcançando R$ 3.886,61 (+74%).

O Novo HB20 continuou na quinta posição em vendas e registra a maior queda na média dos valores para o perfil masculino (-38,1%), enquanto sofre um aumento expressivo no perfil feminino (+32,9%). A maior variação no perfil masculino se dá em Recife, onde chegou a R$ 4.108,25 (-58,5%), enquanto no feminino se dá em Porto Alegre, chegando a R$ 2.887,32 (+61,7%). A média dos valores é de R$ 2.104,28 para o perfil masculino e R$ 2.762,26 para o feminino.

O Kicks Active, que sobe de décimo para sexto na lista da Fenabrave, registra uma queda no perfil masculino, enquanto registra o maior aumento no perfil feminino. No masculino, o modelo atinge o valor de R$ 2.810,19 (-26,4%), já no perfil feminino chega a R$ 3.338,00 (+40,2%). A maior variação para o perfil masculino é em Curitiba, com valor de R$ 2.442,05 (-64,7%). No feminino, a maior variação se dá em Belo Horizonte, com custo de R$ 5.386,89 (+113,9%).

Top 3 Seguros Mais Baratos

Masculino - Novo HB20 Sense: R$ 2.104,28 (-38,1%): Novo Onix Hatch: R$ 2.232,66 (-33,1%; f Mobi Easy: R$ 2.278,81 (-34,7%)

Feminino - Novo Onix Hatch: R$ 2.535,91 (+22,6%); Mobi Easy: R$ 2.617,10 (-18%); e Novo HB20 Sense: R$ 2.762,26 (+32,9%)

Top 3 Seguros Mais Caros

Masculino - Kwid Intense: R$ 2.825,94 (-24,6%); Kicks Active: R$ 2.810,19 (-26,4%); e T-Cross: R$ 2.729,88 (-35,3%)

Feminino - Kicks Active: R$ 3.338,00 (+40,2%); T-Cross: R$ 3.288,10 (+26%); e Novo Tracker: R$ 3.262,55 (Não consta no mês anterior)

Detalhes da cotação

Capitais: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Recife (PE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Vitória (ES) e Salvador (BA).

Seguradoras: Azul, Alfa, Aliro, Allianz, Bradesco, HDI, Itaú, Ituran, Liberty, Sompo Seguros, Mapfre, Mitsui, Porto Seguro, Tokio Marine e Zurich.

Perfis: Homem e mulher, 35 anos, casado(a).

As cotações mencionadas no texto são as de menor valor dentro dos perfis cotados com as seguradoras.

Brasma inclui a telemedicina em sua jornada digital

A Brasma Consultoria e Corretora de Seguros incluiu os serviços de teleconsulta, como uma alternativa para que os atendimentos médicos sejam efetuados de maneira simplificada, com a Brasma Telemedicina. Ao perceber a adesão imediata, toda equipe de colaboradores se adaptou para qualificar a gestão de atendimento, para especificar aos usuários sobre como a dinâmica funciona e facilita o seu cotidiano.

De acordo com o relatório DistritoHealthtechs Report, lançado em 2023, a telemedicina emerge como uma das áreas essenciais dentro do cenário da saúde digital, com projeções globais alcançando US$ 857,2 bilhões até 2030, representando um crescimento anual de 18,8%. O estudo revela que a telemedicina é amplamente adotada, com uma adesão de 87% nas primeiras consultas virtuais. Além disso, 93% dos pacientes indicaram que utilizam a telemedicina para gerenciar suas prescrições, beneficiando-se do acesso facilitado à saúde, economizando tempo e custos, e melhorando sua qualidade de vida.

A Brasma Telemedicina teve o desafio de transformar a inovação em uma ação prática e avançar no formato do seu modelo de negócio. Agora, não só as pessoas, mas as empresas possuem acesso a todos os benefícios proporcionados voltados para os seus colaboradores. Os empresários e o setor de Recursos Humanos podem contar com o cartão para todo o time, onde todos terão acesso a descontos de até 90% em consultas, exames e medicamentos.

"Verificamos a demanda de necessidade em implantar a Brasma Saúde, para oferecer a telemedicina em nosso portal. Os dados destacam o papel fundamental da saúde digital, ao oferecer um atendimento mais acessível e eficiente aos pacientes. À medida que mais organizações e indivíduos percebem os seus benefícios, a expectativa é que a sua utilização continue em ascensão. O novo segmento na saúde digital melhora o acesso, a eficiência no atendimento e a qualidade de vida das pessoas. É uma tendência que faz parte do presente", afirmou Marcello Brandão, gestor geral da Brasma.

Tokio Marine Aluguel completa 5 anos de mercado

De acordo com o IBGE, cerca de 20% da população brasileira vive em imóveis alugados. Os dados fazem parte da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), publicada em dezembro de 2023, e mostram que o número tem crescido desde que a análise começou a ser feita, em 2016. Esta demanda vem impulsionando o mercado de Seguro Aluguel, produto desenvolvido sob medida para atender as necessidades de proprietários, inquilinos e imobiliárias.

Na Tokio Marine, um dos principais players deste segmento, o Seguro Aluguel tem crescido de forma exponencial nos últimos anos, chegando à casa de três dígitos. Apenas em 2023, a Companhia registrou crescimento de quase 170% em relação ao ano anterior, com mais de R$ 154 milhões de faturamento. Desde o seu lançamento em 2019, o produto alcançou a marca de 82 mil apólices emitidas e registrou faturamento de R$ 348 milhões. Atualmente, o Seguro Aluguel Tokio Marine conta com mais de 34 mil contratos vigentes em mais de 780 cidades de todo o Brasil.

Para Magda Truvilhano, superintendente de Produtos RD Massificados da Tokio Marine, a expansão do Seguro Aluguel no mercado brasileiro pode ser atribuída a uma combinação de fatores. "Além da maior demanda por imóveis para locação nos últimos anos, essa modalidade de garantia é livre de burocracia e mais ágil, dispensando a figura do fiador ou pagamento caução, o que facilita o processo de locação para todos os envolvidos. A opção pelo Seguro Aluguel ocorre pelas vantagens para o proprietário, que tem assegurado o pagamento durante toda a vigência do contrato em caso de inadimplência, e para o inquilino, que não precisa recorrer a um fiador ou fazer um depósito antecipado como garantia", explica.

Além da cobertura de aluguel e encargos legais, a Tokio Marine oferece coberturas adicionais como rescisão contratual, pagamento de IPTU e danos à estrutura e à pintura do imóvel, entre outros. A Seguradora também facilita o processo de contratação da apólice, com a possibilidade de análise de crédito online e envio eletrônico de documentos.

CEARENSE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 23.751.775/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições Estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Companhia Cearense Participações S.A., Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2024.

Balanços Patrimoniais 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em R$)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.301.571	10.814.101
Outros Créditos	8.792.446	6.619.568
Total do Ativo Circulante	**38.094.017**	**17.433.669**
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Investimentos	39.950.718	26.596.304
Imobilizado	22.187.398	22.187.398
Total do Ativo Não Circulante	**62.138.116**	**48.783.702**
Total do Ativo	**100.232.133**	**66.217.371**
PASSIVO	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo Circulante		
Impostos e Contribuições	2.644	2.644
Total do Passivo Circulante	**2.644**	**2.644**
Passivo Não Circulante		
Operações de Mútuo	22.898.779	22.898.779
Receita Diferida	–	–
Total do Passivo Não Circulante	**22.898.779**	**22.898.779**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	22.100.000	22.100.000
Reserva e Lucros Acumulados	55.230.710	21.215.948
Total do Patrimônio Líquido	**77.330.710**	**43.315.948**
Total do Passivo	**100.232.133**	**66.217.371**

Demonstrações dos Resultados Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em R$)

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Receita Operacional Bruta	132.032,76	111.626,92
(-) Deduções da Receita Bruta	(4.819)	(4.074)
(=) Receita Operacional Líquida	**127.214**	**107.553**
(-) Custo dos Bens e Serviços Vendidos	**(693.711)**	**(451.504)**
(=) Resultado Operacional Bruto	**(566.498)**	**(343.951)**
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(1.110)	(15.215)
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	**(567.608)**	**(359.166)**
(+/-) Resultado Financeiro	33.496.222	20.126.727
(+/-) Outras Receitas e Despesas	1.096.289	(1.548.472)
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	**34.024.903**	**18.219.089**
(-) Imposto de Renda	(6.338)	(5.358)
(-) Contribuição Social	(3.803)	(3.215)
(=) Resultado do Período	**34.014.762**	**18.210.516**
Lucro por Ação	1,54	0,82

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Findo em 31/12/2023

(Em R$) Eventos	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva P/ aumento de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**22.100.000**	**910.526**	**–**	**(910.526)**	**21.215.948**	**43.315.948**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	–
Reserva de lucros	–	1.700.738	–	(1.700.738)	34.014.762	34.014.762
Saldos em 31/12/2023	**22.100.000**	**2.611.264**	**–**	**(2.611.264)**	**55.230.710**	**77.330.710**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Findo em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em R$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**34.014.762**	**18.210.516**
Ajustes para Reconciliação do lucro Líquido do Exercício		
Depreciação	–	–
Aumento (Redução) das Contas dos Grupos de Ativo e Passivo		
Contas a receber	–	–
Impostos recuperar		
Outros ativos	(2.172.878)	(1.466.528)
Fornecedores	–	–
Salários e encargos sociais	–	–
Obrigações tributárias	–	–
Outros passivos	–	1.490
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**31.841.885**	**16.745.478**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento Imobilizado	–	–
Redução (Aumento) Investimento	(13.354.414)	(8.101.838)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**(13.354.414)**	**(8.101.838)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital Social	–	–
Crédito com Pessoas ligadas	–	–
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	**–**	**–**
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**18.487.471**	**8.643.640**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.814.101**	**2.170.320**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**29.301.571**	**10.814.101**

Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31/12/2023 e 2022 (Em R$). 1 - Contexto Operacional: A Cearense Participação S.A. tem por principal objeto social Investimentos Imobiliários, Holdings de instituições não financeiras, Atividades de consultoria em gestão empresarial. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), e as alterações produzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, assim como, os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. **3 - Principais Práticas Contábeis: A) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e Aplicações Financeiras no País. **B) Investimento:** Composto por aplicações em ações da Bolsa de valores com carteira variada de empresas. **C) Imobilizado:** O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. **D) Passivo Não Circulante:** Composto por operações de Mútuo com partes relacionadas. **E) Patrimônio Líquido:** Composto por Capital Social; o Capital Social é representado por 22.100.000 (vinte e dois milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2023.

Diretoria: Renardo Linhares Colares; Daniela de Assis Lemos Rodrigues

Ademir de Carvalho Vale Junior - Contador: CRC-RJ. 070.545/O-7

CONCESSIONÁRIA RIO PAX S/A

CNPJ Nº 20.513.991/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades (Nota 4)	351.518,26	24.078,34
Contas a Receber (Nota 5)	2.026.037,52	1.607.050,44
Impostos a Recuperar (Nota 6)	241.748,84	2.916.636,31
Adiantamentos a Funcionários	148.349,34	921.844,41
Adiantamentos a Fornecedores (Nota 7)	4.524.408,28	2.359.170,27
Devedores Diversos (Nota 8)	613.419,90	434.422,03
Adiantamento dos Sócios	422.534,48	422.534,48
Total do Ativo Circulante	**8.328.016,62**	**8.685.736,28**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	**49.627,05**	**194.439,83**
Despesas do Exercício Seguinte (Nota 9)	31.276,64	48.221,37
Depósitos Judiciais (Nota10)	18.350,41	15.861,25
Impostos a Recuperar (Nota 6)	-	130.357,21
Investimentos	45.000,00	45.000,00
Imobilizado (Nota 11)	5.603.720,12	2.962.228,03
Intangível (Nota 12)	127.425.449,12	123.265.024,76
Total do Ativo Não Circulante	**133.123.796,29**	**126.272.252,79**
TOTAL DO ATIVO	**141.451.812,91**	**135.152.428,90**

PASSIVO	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores Nacionais (Nota 13)	16.219.749,39	15.422.533,87
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	5.130.343,90	4.775.457,09
Honorários e Salários a Pagar	1.274.316,64	1.341.546,14
Obrigações Sociais (Nota 15)	880.128,68	5.118.067,18
Obrigações Tributárias e Fiscais (Nota 16)	17.137.807,83	11.907.942,46
Provisões Exigíveis (Nota 17)	2.360.114,96	3.883.987,94
Provisões Contingências Jurídicas (Nota 18)	1.528.721,88	1.528.721,88
Adiantamento de Cliente (Nota 19)	72.343.706,49	68.796.939,13
Parcelamentos de Tributos (Nota 20.1)	3.113.695,41	3.398.132,11
Obrigações com o Poder Concedente (Nota 21)	-	-
Total do Passivo Circulante	**119.988.585,18**	**116.173.327,80**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores Nacionais (Nota 13)	3.057.970,16	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14)	110.000,00	841.380,93
Parcelamentos de Tributos (Nota 20.2)	5.918.857,83	5.945.354,53
Obrigações com o Poder Concedente (Nota 21)	40.500.000,00	40.500.000,00
Total do Passivo Não Circulante	**49.587.827,99**	**47.286.735,46**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social Subscrito (Nota 22)	14.000.000,00	14.000.000,00
Prejuízos Acumulados	(42.123.600,26)	(42.307.634,36)
Total do Patrimônio Líquido	**(28.123.600,26)**	**(28.307.634,36)**
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**141.451.812,91**	**135.152.428,90**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (Nota 23)	**77.548.992,67**	**73.184.890,12**
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (Nota 24)	(59.195.167,13)	(58.475.940,58)
Custos de Construção	(6.997.173,11)	(12.505.391,70)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	**11.356.652,43**	**2.203.557,84**
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS	**(9.463.322,50)**	**(10.802.927,54)**
Despesas Administrativas	(8.365.848,98)	(9.948.200,20)
Despesas Gerais	(993.055,75)	(796.635,60)
Despesas Tributárias	(104.417,77)	(58.091,84)
Outras Despesas e Receitas	0,00	0,10
Despesas com Provisões de Contingências Jurídicas	-	-
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	**1.893.329,93**	**(8.599.369,70)**
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 25)	**(2.894.280,31)**	**(2.363.990,08)**
Receitas Financeiras	83.984,36	37.174,28
Despesas Financeiras	(2.978.264,67)	(2.401.164,36)
LUCRO(PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL	**(1.000.950,38)**	**(10.963.359,78)**
Provisão do IRPJ	-	-
Provisão da CSLL	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(1.000.950,38)**	**(10.963.359,78)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(1.000.950,38)**	**(10.963.359,78)**
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 26)	1.184.984,48	4.942.082,25
Resultado Abrangente do Exercício	**184.034,10**	**(6.021.277,53)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Especificação	Capital Social Subscrito	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**14.000.000,00**	**(36.286.356,83)**	**(22.286.356,83)**
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 26)	0,00	4.942.082,25	4.942.082,25
Prejuízo do Exercício	0,00	(10.963.359,78)	(10.963.359,78)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**14.000.000,00**	**(42.307.634,36)**	**(28.307.634,36)**
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 26)	0,00	1.184.984,48	1.184.984,48
Prejuízo do Exercício	0,00	(1.000.950,38)	(1.000.950,38)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**14.000.000,00**	**(42.123.600,26)**	**(28.123.600,26)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

MÉTODO INDIRETO - Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**(1.000.950,38)**	**(10.963.359,78)**
Ajustes por:		
Depreciação/Amortização	3.384.022,39	3.839.223,70
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.184.984,48)	4.942.082,25
Prejuízo Líquido Ajustado	**1.198.087,53**	**(2.182.053,83)**
(Aumento) Redução de Ativos Operacionais	**685.159,58**	**(401.652,88)**
Contas a Receber	(418.987,08)	396.845,75
Impostos a Recuperar	2.674.887,47	(184.288,43)
Adiantamentos a Funcionários	773.495,07	(143.437,65)
Adiantamentos a Fornecedores	(2.165.238,01)	(541.457,87)
Devedores Diversos	(178.997,87)	10.656,51
Realizável a Longo Prazo	0,00	60.028,81
Aumento (Redução) de Passivos Operacionais	**6.491.844,03**	**16.410.377,18**
Fornecedores Nacionais	3.855.185,68	1.776.381,85
Honorários e Salários a Pagar	(67.229,50)	(1.075.162,70)
Obrigações Sociais	(4.237.938,50)	1.749.934,86
Obrigações Tributárias e Fiscais	4.918.931,97	(1.030.035,53)
Provisões Exigíveis	(1.523.872,98)	2.054.759,15
Provisões Contingências Jurídicas	0,00	0,00
Adiantamento de Cliente	3.546.767,36	18.934.499,55
Contrato de Concessão	0,00	(6.000.000,00)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	**8.375.091,14**	**13.826.670,47**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição (Baixa) de imobilizado e Intangível	(7.671.157,11)	(11.521.942,97)
Aquisição (Baixa) de Investimentos	0,00	(45.000,00)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(7.671.157,11)**	**(11.566.942,97)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	(376.494,11)	(2.619.049,59)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(376.494,11)**	**(2.619.049,59)**
Aumento / Redução Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa	**327.439,92**	**(359.322,09)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	24.078,34	383.400,43
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	351.518,26	24.078,34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. **Informações Gerais -** A Concessionária Rio Pax S/A com sede na Rua Teodoro da Silva, nº 821, Vila Isabel, Rio de Janeiro, é detentora do contrato de concessão da Prefeitura do Rio de Janeiro para gestão, exploração, operação, manutenção e expansão dos serviços dos cemitérios públicos do Município do Rio de Janeiro. A Concessionária Rio Pax S/A, em 31 de dezembro de 2023 apresentou situação de capital de giro negativa no montante de R$111.660.568,56, bem como prejuízo acumulado no valor de R$ 42.123.600,26. A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Empresa visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto. As Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da empresa. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Resumo das principais práticas contábeis - 2.1. Base de apresentação -** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com suas orientações e interpretações. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2. Base de preparação -** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Concessionária no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **2.3. Conversão de moeda estrangeira -** O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, consiste na conversão para moeda nacional (R$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Concessionária atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Concessionária e, também, a sua moeda de apresentação. **Operações, transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros - Classificação -** A Concessionária classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. No caso da empresa, compreendem: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4); • Contas a receber (Nota 5) e; • Empréstimos no passivo circulante e não circulante (Nota 14). **Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros -** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos *(impairment)*. Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Tais evidências contemplam o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* e ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber -** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.7. Imobilizado -** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação que é calculada pelo método linear e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil dos bens. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existe uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado. Conforme a CTG 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração de infraestrutura do poder público, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com a NBC TG 27. Os bens adquiridos pela Entidade e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível em Bens Reversíveis Adquiridos Durante Concessão. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Entidade. O poder concedente determina, porém, no Contrato de Concessão, que a Entidade deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. **2.8. Intangível - Licenças -** As licenças (incluindo licenças de *software*) e as relações contratuais adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar licenças e relações contratuais com clientes durante a vida útil e prazos contratuais estimados. **Contrato de Concessão -** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Concessionária atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Secretaria Municipal da Casa Civil) e a Concessionária não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura e os dispêndios realizados para ampliar a estrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a amortização linear ao longo do prazo dos 35 anos da concessão do Lote 2 dos Cemitérios da Cidade do Rio de Janeiro a qual se inicia em 01 de julho de 2014. **(a) Direito de Outorga (Concessão):** A concessão obtida pela Concessionária junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é calculada de forma linear ao longo do prazo de concessão dos cemitérios. **(b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços, sendo eles revertidos ao poder concedente no encerramento do respectivo contrato, sem direito à indenização. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários dos cemitérios pela utilização da infraestrutura. Conforme CTG 05 - Comunicado Técnico Geral do CFC - Conselho Federal de Contabilidade, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, mesmo quando a Concessionária terceiriza o serviço de construção. **2.9. Fornecedores -** São obrigações a pagar por bens que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, desde que sejam apresentados estudos com fundamentação econômica, que justifiquem a rentabilidade e utilização dos créditos tributários em períodos futuros. **2.11. Compromissos com o Poder Concedente -** O poder concedente, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, estabeleceu no contrato de concessão que a Concessionária pague uma contribuição inicial anual, uma contribuição fixa semestral e uma contribuição variável durante todo o período de concessão. As contribuições fixa e variável estão registradas como Outorga a Pagar no Passivo Circulante e Não Circulante, considerando os prazos de liquidação e Taxa de Outorga Variável, respectivamente, amortizados pela liquidação financeira. (a) Outorga a Pagar: A contribuição fixa estabelecida no contrato de concessão é no valor de R$13.000.000,00 dividida em 3 parcelas anuais, iguais e sucessivas, corrigidas anualmente pelo IPCA-E e parcelas semestrais de R$ 750.000,00 iguais e consecutivas corrigidas pelo IPCA-E. Esta obrigação foi registrada a valor presente. A contrapartida da atualização desta obrigação pela recomposição do valor presente e correção monetária, está relacionada ao direito de Outorga, registrado no ativo intangível. (b) Taxa de Outorga Variável: O poder concedente determina também uma contribuição variável calculada sobre o faturamento bruto da Concessionária, onde esta pagará mensalmente ao poder concedente uma outorga variável correspondente a 5,0% (cinco por cento). A base para os cálculos utilizam sempre o faturamento do mês anterior. **2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes -** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.13. Provisões -** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.14. Capital social -** As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **2.15. Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Concessionária. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e/ou bonificações concedidas ao cliente. A Concessionária reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos -** A Concessionária faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **Imposto de renda e contribuição social -** A Concessionária reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **Provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas -** A Concessionária reconhece e provisiona passivos contingentes determinados pelo julgamento de sua administração, apoiada em estudos e pareceres técnicos que reflitam uma posição isenta em relação a mesma. A perda contingente é provisionada sempre que: (1) for provável que eventos futuros e/ou a experiência passada venham a confirmar a existência de um passivo; e (2) a perda puder ser razoavelmente estimada. **Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD -** Com base na análise individualizada do contas a receber, a Empresa reconhece e provisiona potenciais perdas com base na análise de risco dos créditos, situação de seus grupos econômicos e garantias reais para o débito.

4. Disponibilidades

	2023 R$	2022 R$
Caixas	-	4.734,28
Caixas Agências Funerárias	1.457,64	-
Bancos Conta Movimento	6.843,32	1.239,12
Contas de Aplicação Financeiras	343.217,30	18.104,94
Total	**351.518,26**	**24.078,34**

5. Contas a Receber

	2023 R$	2022 R$
Contas a Receber	1.576.150,32	1.422.628,63
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	-
Operações com cartões	449.887,20	184.421,81
Total	**2.026.037,52**	**1.607.050,44**

5.1. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) - Movimentação - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

6. Impostos a Recuperar

	2023 R$	2022 R$
CP		
IRRF s/Aplicação Financeira	-	43.874,22
PIS Não Cumulativo	40.298,42	-
COFINS - Não Cumulativo	185.616,98	-
INSS a Recuperar	-	18.569,09
IRRF a Recuperar	-	426,22
CSLL a Recuperar	-	1.143.690,40
ISS a Recuperar	7.757,59	2.887,99
IRPJ a Recuperar	-	1.649.715,64
PIS a Recuperar	1.440,55	16.772,40
COFINS a Recuperar	6.635,30	40.700,35
LP		
PIS a Recuperar	-	23.252,91
COFINS a Recuperar	-	107.104,30
Total	**241.748,84**	**3.046.993,52**

7. Adiantamento a Fornecedores

	2023 R$	2022 R$
Adiantamento a Fornecedor	4.524.408,28	2.359.170,27
Total	**4.524.408,28**	**1.817.712,40**

8. Devedores Diversos

	2023 R$	2022 R$
Casa Bom Pastor Serviços Funerários Ltda	47.554,57	29.076,55
Funerária Maracanã Ltda - ME	30.715,44	21.467,17
Real Pax Assistencial Funeral Ltda - ME	18.797,89	20.783,63
Jardim da Saudade Adm. e Serviços Ltda	17.120,04	15.743,22
Funerária Praça da Bandeira Ltda	27.369,07	13.671,74
Associação Religiosa Israelita Chevra Ka	41.760,22	25.096,00
Cemitério Comunal Israelita do Rio de Janeiro	15.191,31	9.258,00
Europ Assistance Brasil Serv. de Assist. S/A	240.365,17	159.327,91
Academia Brasileira de Letras	4.100,40	0,00
Concessionária Reviver S.A.	3.503,58	1.115,72
Plano de Ass. Fun. Santa Casa Copacabana Ltda	130.326,84	100.809,67
Facility Assistência 24 Horas	2.784,00	10.000,00
Outros Clientes a Receber	33.831,37	28.072,42
Total	**613.419,90**	**434.422,03**

9. Despesas do Exercício Seguinte

	2023 R$	2022 R$
Despesas do Exercício Seguinte	49.627,05	194.439,83
Total	**49.627,05**	**194.439,83**

10. Depósitos Judiciais

	2023 R$	2022 R$
Depósitos Judiciais Trabalhistas	934,66	934,66
Depósitos Judiciais	2.864,16	375,00
Bloqueios Judiciais	14.551,59	14.551,59
Total	**18.350,41**	**15.861,25**

11. Imobilizado - 11.1. Composição do Imobilizado

	Taxa Depreciação %	Custo 2022 R$	Depreciações Acumulada R$	Líquido 2023 R$	Líquido 2022 R$
Máquinas e Equipamentos	10	3.213.684,99	(809.758,76)	2.403.926,23	1.538.896,61
Veículos	20	3.048.896,82	(1.097.684,26)	1.951.212,56	462.055,96
Móveis e Utensílios	10	1.555.387,43	(697.928,60)	857.458,83	472.438,47
Equipamentos de Informática	20	1.111.148,35	(832.033,77)	279.114,58	380.652,02
Instalações	10	2.394,75	(139,69)	2.255,06	0,00
Adiantamento de Consórcio	10	109.752,86	0,00	109.752,86	108.184,97
Estoques em poder de Terceiros		-	-	-	-
Total		**9.041.265,20**	**(3.437.545,08)**	**5.603.720,12**	**2.962.228,03**

11.2. Movimentação do Imobilizado

	Taxa Depreciação %	Líquido 2023 R$	Aquisições 2023 R$	Baixas 2023 R$	Depreciações 2023 R$	Líquido 2023 R$
Máquinas e Equipamentos	10	1.538.896,61	1.134.329,85	(16.033,92)	(253.266,31)	2.403.926,23
Veículos	20	462.055,96	1.762.081,95	(205.000,00)	(67.925,35)	1.951.212,56
Móveis e Utensílios	10	472.438,47	499.802,16	0,00	(114.781,80)	857.458,83
Equipamentos de Informática	20	380.652,02	20.879,70	0,00	(122.417,14)	279.114,58
Instalações	10	-	2.394,75	0,00	(139,69)	2.255,06
Adiantamento de Consórcio	10	108.184,97	513.090,74	(511.522,85)	0,00	109.752,86
Estoques em poder de Terceiros		-	20.962,30	(20.962,30)	0,00	0,00
Total		**2.962.228,03**	**1.519.835,39**	**(367.953,10)**	**(581.590,12)**	**5.603.720,12**

12. Intangível - 12.1. Composição do Intangível

	Taxa Amortização %	Custo R$	Amortizações Acumuladas R$	Líquido 2023 R$	Líquido 2022 R$
Direito de Uso de *Software*	20	1.227.686,25	(673.158,48)	554.527,77	831.043,78
Outorga Inicial	20	61.000.000,00	(15.052.381,03)	45.947.618,97	47.835.714,32
Construções em Andamento	20	71.642.514,39	-	71.642.514,39	64.981.410,02
Bens Reversíveis Ad. Durante Concessão	20	11.585.228,66	(2.304.440,67)	9.280.787,99	9.616.856,64
Total		**145.455.429,30**	**(18.029.980,18)**	**127.425.449,12**	**123.265.024,76**

12.2. Movimentação do Intangível

	Taxa Amortizações %	Líquido 2022 R$	Aquisições R$ 2023 R$	Baixas 2023 R$	Amortizações 2023 R$	Líquido 2023 R$
Direito de Uso de *Software*	20	831.043,78	-	(141.829,55)	(134.686,46)	554.527,77
Outorga Fixa Inicial	20	47.835.714,32	-	-	(1.888.095,35)	45.947.618,97
Construções em Andamento	20	64.981.410,02	7.206.072,80	(544.968,43)	-	71.642.514,39
Bens Reversíveis Ad. Durante Concessão	20	9.616.856,64	-	-	(336.068,65)	9.280.787,99
Total		**123.265.024,76**	**7.206.072,80**	**(686.797,98)**	**(2.358.850,46)**	**127.425.449,12**

CONCESSIONÁRIA RIO PAX S/A

CNPJ Nº 20.513.991/0001-13

13. Fornecedores

	2023 R$	2022 R$
Passivo Circulante	(16.219.749,39)	(15.422.533,87)
Passivo Não Circulante	(3.057.970,16)	0,00
Total	**(19.277.719,55)**	**(15.422.533,87)**

O prazo médio de pagamento a fornecedores se enquadra dentro do ciclo operacional da empresa, com isso, os juros são muito baixos e calculamos, caso haja, apenas no momento da baixa de pagamento da referida dívida.

14. Empréstimos e Financiamentos

	2023 R$	2022 R$
Passivo Circulante		
Banco Santander (conta nº 130036650)	(262.451,30)	(1.556.347,91)
Banco Safra (conta nº 5811488)	-	(3.146.908,92)
Cheques a Compensar	-	(72.200,25)
Conta Garantida Cartões- Banco Santander	(2.000.000,00)	-
Conta Garantida Duplicata Mensal	(2.867.892,60)	-
Passivo Não Circulante		
Empréstimos Captados juntos aos Acionistas	(110.000,00)	(110.000,00)
Banco Safra (conta nº 5811488)	-	(731.380,93)
Total	**(5.240.343,90)**	**(5.616.838,01)**

15. Obrigações Sociais

	2023 R$	2022 R$
INSS a Pagar	(711.836,61)	(4.539.608,39)
FGTS a Pagar	(162.234,40)	(576.987,69)
Contribuição Sindical a Pagar	(3.675,00)	(339,91)
Pensão Alimentícia e Contribuição Sindical a Pagar	(2.382,67)	(1.131,19)
Total	**(880.128,68)**	**(5.118.067,18)**

16. Obrigações Tributárias e Fiscais

	2023 R$	2022 R$
PIS a Pagar (6912)	(124.761,06)	(437.053,08)
COFINS a Pagar (5856)	(574.644,85)	(343.212,19)
ISSQN a Pagar	(360.294,74)	(379.729,03)
ISSQN Retido de Terceiros a Pagar	(44.055,88)	(26.825,39)
INSS Retido de Terceiros a Pagar	(38.810,55)	(82.450,59)
Contribuições Sociais 4,65% - PCC (5952)	(38.469,70)	(35.392,70)
IRRF s/ Trabalho Assalariado (0561)	(145.611,15)	(130.306,42)
IRRF s/ Serviços Tomados (1708)	(80.567,55)	(93.235,01)
IRRS s/ Aluguéis a Pagar (3208)	(60.640,16)	(60.640,16)
ICMS Diferencial Alíquota a Pagar	(8.659,08)	-
IOF - Contrato de Mútuo	-	(101.293,28)
Total	**(1.476.514,72)**	**(1.690.137,85)**

17. Provisões Exigíveis

	2023 R$	2022 R$
Provisão Férias	(1.707.347,21)	(2.327.151,13)
Provisão de FGTS s/Férias	(136.668,93)	(330.883,65)
Provisão de INSS s/Férias	(516.995,12)	(1.225.953,16)
Total	**(2.361.011,26)**	**(3.883.987,94)**

18. Provisões de Contingências Jurídicas

	2023 R$	2022 R$
Provisões de Contingências Jurídicas	(1.528.721,88)	(1.528.721,88)
Total	**(1.528.721,88)**	**(1.528.721,88)**

18.1. Movimentação das Contingências Jurídicas

	2022 R$	Adições R$	Baixas R$	2023 R$
Provisões de Contingências Jurídicas	(1.528.721,88)	-	-	(1.528.721,88)

A Concessionária, baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, registra provisões cíveis e trabalhistas classificadas como perda provável nos montantes e movimentações acima descritas. A Concessionária possui depósitos judiciais a fazer frente aos provisionamentos citados, conforme apresentado na nota nº 10.

19. Adiantamentos de Clientes

	2023 R$	2022 R$
Adiantamento de Clientes Nacionais	(10.409.163,62)	(7.875.645,13)
Agência Funerária Rio Pax do Centro	(57.823.232,66)	(60.921.294,00)
Agência Rio Pax Belford Roxo	(4.087.591,28)	-
Adiantamento de Clientes Real Cobrança	(23.718,93)	-
Total	**(72.343.706,49)**	**(68.796.939,13)**

20. Parcelamentos Tributários - 20.1. Curto Prazo

	2023 R$	2022 R$
Parcelamentos Tributos	(4.588.237,68)	(4.410.815,29)
(-) Juros a Apropriar de Parcelamentos	1.474.542,27	1.012.683,18
Total	**(3.113.695,41)**	**(3.398.132,11)**

20.2. Longo Prazo

	2023 R$	2022 R$
Parcelamentos Tributos	(7.957.475,97)	(7.628.310,14)
(-) Juros a Apropriar de Parcelamentos	2.038.618,14	1.682.955,61
Total	**(5.918.857,83)**	**(5.945.354,53)**

21. Obrigações com o Poder Concedente

	2023 R$	2022 R$
Outorga a Pagar	(40.500.000,00)	(40.500.000,00)
TFC - Taxa de Fiscalização de Cemitérios	(43.983,16)	(37.485,75)
Taxa de Outorga Variável P.M.R.J (5%)	(14.081.275,31)	(10.145.934,76)
Tarifa de Regulação Contratual (0,5%)	(36.034,64)	(34.384,10)
Outorga Semestral	(1.500.000,00)	-
Total	**(56.161.293,11)**	**(50.717.804,61)**

22. Capital Social - O Capital Social da Entidade totalmente subscrito é de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

23. Receita líquida de vendas

	2023 R$	2022 R$
Receitas de Produtos Vendidos	(18.041.656,97)	(15.077.154,13)
Receitas de Serviços Prestados	(59.469.357,76)	(52.955.890,03)
Receitas de Serviços de Manutenção Anual	(4.919.439,35)	(3.643.913,71)
Receita de Construção	(6.661.104,37)	(11.751.288,49)
Receitas Acessórias	(12.000,00)	(4.775,23)
(-) Deduções da Receita Bruta	11.754.993,54	10.248.131,47
Outras Receitas não Operacionais	(200.427,76)	-
Total	**(77.548.992,67)**	**(73.184.890,12)**

24. Custos dos Produtos Vendidos

	2023 R$	2022 R$
Custos Salários e Encargos Sociais	29.069.959,70	28.378.056,35
Custos Escritório/Administração	4.886.403,52	3.315.320,63
Custos Produtos Vendidos	4.367.284,55	4.484.042,64
Custos Serviços Vendidos	1.546.110,28	2.097.114,21
Custos Manutenção e Logística	3.399.616,09	2.419.089,35
Custos Materiais Aplicados	1.209.799,35	1.673.629,64
Custos Serviços Prestados de Terceiros	2.666.916,66	3.816.704,50
Tarifas Bancárias e Financeiras	3.010.537,65	5.159.926,33
Custos Pagamentos não Dedutível	226.439,29	258.698,80
Custos da Outorga P.M.R.J	8.331.412,77	6.756.340,60
Despesas Acessórias	480.687,27	117.017,53
Custos de Serviço de Construção	6.661.104,37	11.751.288,49
Bens Reversíveis Ad. Durante a Concessão	336.068,74	754.103,21
Total	**66.192.340,24**	**70.981.332,28**

25. Resultado Financeiro

	2023 R$	2022 R$
Receitas Financeiras	(83.984,36)	(37.174,28)
Despesas Financeiras	2.978.264,67	2.401.164,36
Total	**2.894.280,31**	**2.363.990,08**

26. Ajustes de Exercícios Anteriores - A Concessionária contabilizou no ano de 2023 ajustes de exercícios anteriores. O saldo decorrente de efeito provocado por erro imputável de R$ 1.184.984,48, cuja alteração foi efetivada em diversas contas conforme demonstrativo abaixo:

Histórico	DÉBITO	CRÉDITO	R$
Ajustes diversos	1.870.559,32	979.191,81	
Apropriações de juros sobre parcelamento	31.312,22	102.160,25	
Baixa de crédito	0,00	3.248,90	
Cheques não compensados	69.311,98	0,00	
Cobrança indevida	0,00	150,32	
Crédito de ISS compensando na guia	0,00	226,38	
Descontos diversos	0,00	2.069,67	
DIFAL não lançado provisão	22.098,13	0,00	
Multa de trânsito de anos anteriores	0,00	4.973,76	
Parcelamento TFC	222.339,33	22,06	
Reclassificação diversas	1.908,35	98.695,14	
Reversão de saldos anteriores	1.984,95	2.215.771,84	
Transferências de Cheque emitido/debitado	9.272,10	0,00	
Outros	5.653,19	12.913,92	
Total	**2.234.439,57**	**3.419.424,05**	**(1.184.984,48)**

Pela irrelevância do ajuste em relação ao Patrimônio Líquido, não reapresentamos as demonstrações conforme determina a NBC TG 23 (R2). **27. Eventos Subsequentes** - A Concessionária avaliou a existência de Eventos Subsequentes até a data da autorização pela administração destas Demonstrações, 22/04/2024 e não identificou assuntos com relevância para serem divulgados. **28. Seguros** - A Concessionária contratou no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, as cláusulas contratuais da concessão e a orientação de seus consultores de seguros.

Geraldo Magela Monge
Presidente da Concessionária
Rio Pax S/A

Jorge Carlos Silva Sanches
Contador
CRC-RJ: 127921/O-3

Forex: mercado que movimenta trilhões de dólares

O mercado Forex, conhecido também como mercado de câmbio, movimenta trilhões de dólares diariamente. Nele, as moedas de diferentes países são compradas e vendidas todos os dias. Ao contrário dos mercados de ações, o Forex funciona 24 horas por dia e pode ser acessado por investidores do mundo todo, explica o analista Rodrigo Cohen, co-fundador da Escola de Investimentos.

"É um mercado muito líquido e repleto de moedas, bem diferente do nosso mercado da B3. Por aqui, no primeiro bimestre de 2024, foram movimentados cerca de US$ 3,8 bilhões diariamente. Em volume de capital, o FX Market movimenta mais de US$ 6 trilhões por dia, de acordo com estudo realizado pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS) no ano de 2022", argumenta o analista. Para ele, também é um ambiente para fugir de manipulações de mercado. "O tamanho e a diversificação do Forex o tornam um ambiente seguro, sem manipulação de preços", diz.

Na cesta de moedas, há desde as clássicas até as mais exóticas. "Ao fazer uma diversificação estratégica, é possível reduzir os riscos e maximizar as chances de sucesso diversificando o portfólio com diferentes moedas. Vale ainda explorar as características e tendências únicas de cada ativo para encontrar as melhores oportunidades", aconselha.

Cohen cita os Majors e os Minors. Os Majors são as Blue Chips do mercado de Forex. São aquelas moedas com maior liquidez. Temos também os Minors, que é como se fossem aquelas Penny Stocks, as Small Caps aqui no Brasil. E aí sim, tem-se uma variedade muito grande. Horários alternativos

Na opinião dele, o Forex é ideal para quem busca operar em horários alternativos com mais flexibilidade. A noite e pela madrugada é quando as oportunidades aparecem. "O que é ótimo para quem trabalha fora durante o dia e só pode operar quando chega em casa à noite. Se aqui é feriado, não importa. O mercado de Forex está funcionando normalmente, afinal é possível operar moedas diferentes de vários países do mundo", cita.

Segundo Cohen, ao explorar a volatilidade a favor, é possível ter lucros em operações de curto prazo, mas é importante lembrar da necessidade de uma gestão de riscos eficaz. Dominar as ferramentas de gerenciamento de risco e proteger o capital das oscilações do mercado é fundamental, além de operar com responsabilidade minimizando as perdas. No Forex, é possível olhar para muitos ativos. E em geral, eles pegam tendência em movimentos grandes tendo notícia ou não porque os pares estão atrelados ao dólar e ao euro, por exemplo.

Na opinião do analista, o mercado brasileiro, pelo baixo volume comparado com o Forex, é muito manipulado. "Facilmente instituições grandes conseguem manipular. No mercado de Forex, como tem um volume muito alto, não se vê isso. Logo, ele se torna mais eficiente. E eficiência está ligada diretamente à técnica. Então é um mercado muito mais técnico. E para quem domina técnicas como price action, fluxo de ordens, setups, indicadores, análise técnica, o mercado de Forex é uma alternativa excelente para operar. Com isso, é fato que quem se prepara no mercado brasileiro está preparadíssimo para entrar no mercado de Forex", afirma o analista.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S.A.

CNPJ/MF nº 04.616.210/0001-60

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.301	42.514
Contas a receber	6	582.794	1.113.783
AFRMM a receber	3	98.584	58.365
Impostos a recuperar	7	8.924	16.009
Estoques	9	69.664	49.359
Adiantamentos a fornecedor	10	8.646	14.123
Despesas antecipadas	11	29.697	23.922
Ativo mantido para venda	12	14.399	–
		833.009	**1.318.075**
Não Circulante			
Impostos e contribuições diferidos	8	76.456	101.465
Operações com partes relacionadas	23	302.549	301.786
Depósitos judiciais		3.421	3.873
Investimento		–	10
Imobilizado	13	1.056.950	1.033.618
Direito de uso	14	146.804	71.281
Intangível	15	12.697	14.148
		1.598.877	**1.526.181**
Total do ativo		**2.431.886**	**2.844.256**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Fornecedores	16	75.667	115.763
Empréstimos e financiamentos	17	114.969	101.208
Arrendamento financeiro - partes relacionadas	18	34.979	24.086
Impostos e contribuições	19	16.754	22.300
Obrigações e provisões trabalhistas	20	13.998	11.896
Armadores	21	478.025	1.014.026
Provisões diversas	22	58.511	37.157
		792.903	**1.326.436**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	390.194	346.030
Arrendamento financeiro - partes relacionadas	18	113.755	58.040
Operações com partes relacionadas	23	603.833	642.916
Impostos e contribuições	19	8.309	9.682
Provisões para contingências	24	3.842	5.124
		1.119.933	**1.061.792**
Patrimônio Líquido	25		
Capital social		201.887	201.887
Reserva de lucros		317.163	254.141
Lucros acumulados		–	–
		519.050	**456.028**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.431.886**	**2.844.256**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e de 2022 (Em MR$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Empresa de Navegação Elcano S.A. ("Companhia" ou "Elcano"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 22/08/2001 e tem por objetivo principal explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de carga em geral; operar terminais portuários, inclusive navegação de apoio portuário; exercer atividades de armazenagem e comercialização de serviços de logística e de mercadorias e administração de embarcações; exercer atividades complementares, correlatas ou acessórias, atinentes às atividades. **2. Apresentação das demonstrações contábeis. 2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS "(IFRS Accounting Standards) e adaptadas às normas emanadas pelo Grupo Nossa Terra 21 A. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas na Nota 2.4. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, total expectativa de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 18/04/2024. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os valores foram arredondados para Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. **2.4 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a) Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: ▪ **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; ▪ **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; ▪ **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao: ▪ **Valor justo por meio do resultado:** quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício; ▪ **Custo amortizado:** passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Companhia classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **b) Instrumentos financeiros derivativos e hedge accounting:**

Demonstrações do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$, exceto quando demonstrado de outra forma)

	Nota	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	26	4.499.658	4.019.956
Custos dos serviços prestados	27	(4.314.038)	(3.832.242)
Lucro Bruto		**185.619**	**187.714**
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	28	(23.462)	(21.684)
Pessoal e encargos	29	(30.483)	(31.154)
Impostos diversos		(3.027)	(3.941)
Depreciação e amortização		(1.722)	(1.600)
Outras receitas operacionais		(1.882)	(108)
		(60.576)	**(58.488)**
Lucro antes do efeito financeiro		**125.044**	**129.226**
Resultado financeiro, líquido			
Resultado financeiro líquido	30	(69.442)	(58.308)
Variações cambiais líquidas	30	82.419	37.490
		12.977	**(20.818)**
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**138.021**	**108.408**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	31	(522)	3.308
Diferido	8 e 31	(25.009)	(23.567)
		(25.531)	(20.259)
Lucro líquido do exercício		**112.490**	**88.148**
Quantidade de ações		10.161.354	10.161.354
Lucro líquido por ações		**11,07**	**8,67**

Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	**112.490**	**88.148**
Total do resultado abrangente do exercício	**112.490**	**88.148**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Reserva de Incentivos de AFRMM**	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros a realizar**	**Lucros (Prejuízos) acumulados**	**Total**
Saldos em 01/01/2022	**201.887**	**162.485**	**8.896**	**23.072**	**–**	**396.340**
Destinação de recursos do AFRMM	–	48.687	–	–	(48.687)	–
Uso reserva AFRMM para absorção de prejuízo	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	88.148	88.148
Destinações						
Constituição Reserva Legal	–	–	4.407	–	(4.407)	–
Juros sobre capital próprio provisionados	–	–	–	(22.692)	–	(22.692)
Dividendos provisionados	–	–	–	(5.768)	–	(5.768)
Constituição de Reserva de Lucros	–	–	–	35.054	(35.054)	–
Saldos em 31/12/2022	**201.887**	**211.172**	**13.303**	**29.666**	**(0)**	**456.028**
Destinação de recursos do AFRMM	–	42.286	–	–	(42.286)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	112.490	112.490
Destinações						
Constituição Reserva Legal	–	–	5.624	–	(5.624)	–
Juros sobre capital próprio provisionados	–	–	–	(29.468)	–	(29.468)
Dividendos provisionados	–	–	–	(20.000)	–	(20.000)
Constituição de Reserva de Lucros	–	–	–	(64.579)	64.579	–
Saldos em 31/12/2023	**201.887**	**253.458**	**18.928**	**(84.381)**	**129.158**	**519.050**

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam saldos bancários, de caixa de bordo de embarcações e ordem de crédito e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, e com liquidez imediata, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que se aproxima de seu valor justo. **d) Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas pelo valor faturado, registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, deduzidos das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, quando aplicáveis. As perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais e considerando em suas premissas o conceito de perdas de crédito esperadas, conforme introduzido pela NBC TG 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros. **e) Estoques:** Os estoques representam os combustíveis a bordo das embarcações. São avaliados pelo método Primeiro a Entrar é o Primeiro a Sair (PEPS), não sendo os seus valores inferiores ao de mercado. **f) Despesas antecipadas:** As despesas do exercício seguinte, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquido das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **g) Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, "pro rata dia". **h) Ativo não circulante mantido para venda:** Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os ativos não circulantes e os grupos de alienação são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo, conforme apresentado no CPC 31 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. **i) Imobilizado: ▪ Reconhecimento e mensuração.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver. ▪ **Custos subsequentes.** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ▪ **Depreciação.** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas (em anos) para os bens do ativo imobilizado são:

Descrição	**Vida útil (anos)**
Embarcações	1 a 24
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Outros	5 a 10

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de suas embarcações próprias se mantém

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**138.021**	**108.408**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	126.888	93.543
Pagamento de Juros sobre capital próprio e dividendos	(28.460)	–
Juros e variação cambial sobre contrato de arrendamento	(8.434)	110
Baixas líquidas de depreciação e amortização	758	(1)
Lucro ajustado	**228.773**	**202.059**
Aumento líquido/(redução) nos ativos operacionais		
Variação no contas a receber	530.989	(687.210)
Variação do AFRMM a receber	(40.219)	(5.679)
Variação nos impostos a recuperar	7.085	(3.783)
Variação nos impostos e contribuições diferidos	25.009	23.567
Variação nos estoques	(20.305)	(5.910)
Variação de adiantamentos concedidos	5.477	(4.695)
Variação nas despesas antecipadas	(5.775)	(480)
Variação nos depósitos judiciais - não circulante	452	(186)
	502.713	**(684.376)**
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais		
Variação de fornecedores	(40.096)	64.532
Variação de impostos e contribuições	(32.450)	(28.135)
Variação de obrigações trabalhistas e sociais	2.102	932
Variação de armadores	(536.001)	679.225
Variação de provisões diversas	347	(950)
Variação de provisão para contingências	(1.282)	(733)
	(607.380)	**714.871**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**124.106**	**232.554**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação de créditos pessoas ligadas	(763)	(28.134)
Pagamento de arrendamento	(36.576)	(36.409)
Variação de empréstimos e financiamentos	57.925	(25.668)
Variação de débito de empresas ligadas	(39.083)	189.257
	(18.497)	**99.046**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimento	(14.389)	(10)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e/ou intangível	(113.433)	(506.500)
	(127.822)	**(506.510)**
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	**(146.319)**	**(407.463)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(22.213)**	**(174.909)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.514	217.423
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.301	42.514
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(22.213)**	**(174.909)**

inalterada, em decorrência da atual idade das mesmas e das perspectivas de suas operacionalidades normais e manutenção das mesmas até o fim da vida útil atual estimada. **j) Direito de uso:** O Direito de uso é composto pelo valor presente líquido dos valores a pagar pelo arrendamento financeiro de ativos, objetos do arrendamento, reconhecidos inicialmente em janeiro de 2019, de acordo com a norma IFRS 16/CP 06 (vide nota 4). O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **k) Intangível:** No ativo intangível são classificados os gastos com aquisição de software e marcas e patentes registradas ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **l) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **m) Arrendamento financeiro:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente, de acordo com a norma IFRS 16/CP 06 (vide nota 4), ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pelo prazo do contrato e pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Elcano usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **n) Contas a pagar fornecedores:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia. **o) Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **p) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável, excedente de R$ 240 mil no ano, para Imposto de Renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação na apuração do lucro real tributável. **q) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. ▪ **Receita de prestação de serviços.** A receita proveniente da prestação de serviços é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita com contrato de clientes, adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2019, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas na extensão em que os produtos são entregues e devidamente aceitos pelos seus clientes, onde os riscos e benefícios relacionados a propriedade são transferidos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. ▪ **Receitas e despesas financeiras.** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **r) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As demonstrações contábeis preparadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; provisões para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes. A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para registro de certas transações e informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas: **a) Nota explicativa nº 6:** Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; **b) Nota Explicativa nº 9:** Estoques; **c) Nota Explicativa nº 13:** Imobilizado; **d) Nota Explicativa nº 24:** Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais; **e) Nota Explicativa nº 31:** Realização dos prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

Silvia Helena Bastos Loureiro - Diretora Financeira. **Luciano Fabrício Riquet Filho** - Diretor de Relações Institucionais. **Augusto Cezar dos Santos Valente** - Contador - CRC 087256/O-0-RJ

As demonstrações financeiras completas e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/

CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ: 40.450.769/0001-26

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Aproveitamos para agradecer aos nossos colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são fundamentais para a superação dos desafios do nosso negócio. Não menos importante é a forte parceria que temos com nossos clientes e fornecedores, aos quais também agradecemos. E, finalmente, reforçamos que continuam sendo focos prioritários para a Companhia o fortalecimento do Programa de Integridade, a consolidação do Sistema de Gestão Antissuborno Compliance e Concorrencial ("SGACC"), e a manutenção de um núcleo competente e estratégico de pessoas. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.1/3	62.535	28.162
Contas a receber de clientes	2.2	88.100	116.980
Estoques	2.3	1.149	939
Adiantamentos a fornecedores		4.733	5.684
Créditos tributários	2.4	11.033	9.268
Despesas antecipadas		200	195
Outros créditos		1.288	1.226
		169.038	162.454
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	4	46.546	46.588
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.10	9.945	10.475
Depósitos, cauções e retenções	5	20.296	18.799
Outros realizáveis a longo prazo		859	859
		77.646	76.721
Investimentos	2.5/6	65.342	64.404
Imobilizado	2.6/7	2.387	2.036
		145.375	143.161
Total do ativo		314.413	305.615

Passivo	Notas	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	2.7	14.705	9.252
Tributos e obrigações sociais	2.4	11.631	8.234
Parcelamentos de tributos	2.8	4.178	4.178
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	2.774	2.840
Provisões trabalhistas	2.11	5.005	3.511
Adiantamentos de clientes	2.12	21.015	11.786
Débitos com partes relacionadas/Outros	4	253	534
		59.561	40.335
Não circulante			
Parcelamentos de tributos	2.8	19.197	23.376
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	47.815	63.195
Retenções contratuais e outros	2.13	9.805	9.311
		76.817	95.882
Patrimônio líquido	8		
Capital social		425.575	410.811
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	14.480
Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	236	-
Prejuízos acumulados		(247.776)	(255.893)
		178.035	169.398
Total do passivo e patrimônio líquido		314.413	305.615

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	384.911	25.900	(7.344)	(248.295)	155.172
Aumento de capital social	25.900	(25.900)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.480	-	-	14.480
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	7.344	-	7.344
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.598)	(7.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	410.811	14.480	-	(255.893)	169.398
Aumento de capital social	14.764	(14.480)	-	-	284
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	236	-	236
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.117	8.117
Saldos em 31 de dezembro de 2023	425.575	-	236	(247.776)	178.035

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2023	2022
Receita bruta da prestação de serviços	2.14	214.498	84.236
Impostos e contribuições sobre serviços		(10.075)	(3.933)
Receita operacional líquida		204.423	80.303
Custo dos serviços prestados	2.15	(170.854)	(65.676)
Lucro bruto		33.569	14.627
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	9	(56.255)	(45.730)
Depreciação e amortização		(273)	(241)
Outras operacionais, líquidas	2.17	(1.558)	2.264
Resultado de equivalência patrimonial		890	(1.141)
		(57.196)	(44.848)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(23.627)	(30.221)
Resultado financeiro, líquido	2.16	32.274	12.148
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		8.647	(18.073)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.10	(530)	10.475
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.117	(7.598)
Quantidade de ações (por lotes mil)		644.540	639.418
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação - R$		0,01	(0,01)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.117	(7.598)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	236	7.344
Provisão de Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.10	(530)	(10.475)
Resultado abrangente do exercício		7.823	(10.729)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	8.117	(7.598)
Ajustes para conciliar o resultado com os recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	273	241
Equivalência patrimonial	(890)	1.141
	7.500	(6.216)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	28.880	3.611
Créditos tributários	(1.765)	(1.738)
Créditos com partes relacionadas	42	(1.566)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	530	(6.692)
Outros ativos	(823)	(3.743)
Fornecedores	5.453	1.829
Tributos e obrigações sociais	3.397	1.117
Parcelamentos	(19.625)	(19.931)
Débitos com partes relacionadas	(281)	297
Ajuste de avaliação patrimonial	236	7.344
Outros passivos	11.217	1.716
Recursos líquidos gerados (aplicados) pelas atividades operacionais	34.761	(23.972)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Baixa de imobilizado	(624)	-
Investimentos	(48)	(23)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(672)	(23)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento de capital social	14.764	25.900
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.480)	(11.420)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	284	14.480
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.373	(9.515)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	28.162	37.677
No fim do exercício	62.535	28.162
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	34.373	(9.515)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional e outras Informações: A Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na capital do Rio de Janeiro. A Companhia atua em todo o território nacional e tem como atividades a execução de serviços de engenharia civil, neles compreendendo serviços de terraplanagem, pavimentação, saneamento, irrigação, construção civil, obras ferroviárias e portuárias, serviços de dragagem e demais atividades de engenharia, a compra e venda de materiais ou equipamentos necessários a tais serviços, dentre outros. As ações implementadas em 2022 começam a ter seus resultados no ano de 2023. Estamos retomando nossa posição de vanguarda na Área de Obras Marítimas e consolidamos nossa participação na área de saneamento. Na Gestão da companhia cabe destacar a criação de 2 comitês estratégicos: Gente e Inovação para a busca constante de um crescimento sustentável e inclusivo. O ano foi marcado também pelo lançamento da nova MARCA em agosto de 2023 que reforçou a tradição do nome CARIOCA ENGENHARIA com uma imagem mais moderna e jovial, revalidando os valores da nossa Identidade Institucional. Ao longo dos últimos anos, com o intuito de aprimorar o Programa de Integridade e atender às expectativas de mercado e das partes interessadas, a Companhia implantou, aprimorou e consolidou o Sistema de Gestão Antissuborno Compliance e Concorrencial ("SGACC"). O SGACC assegura que as ações relativas ao compliance, anticorrupção, ao antissuborno e a defesa da concorrência sejam desenvolvidas visando o atendimento às necessidades do mercado da construção civil, das partes interessadas, de atendimento às obrigações legais, de prevenção e mitigação dos riscos de violação às normas antissuborno, anticorrupção, de compliance e de defesa da concorrência, e dos processos da Companhia, com o objetivo de viabilizar a melhoria contínua do seu desempenho global. Em 2023, a Companhia renovou a sua adesão, na qualidade de signatária, do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos, bem como manteve a sua participação ativa no Movimento de Integridade do Setor de Engenharia e Construção (MISEC), e no quadro de associados do IBRIC (Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura), instituto que tem como missão promover a autorregulação das empresas associadas em temas que abrangem a ética, transparência, integridade, sustentabilidade e governança corporativa, contribuindo para o fortalecimento da área. Ressaltamos que, no início de 2024, a Companhia conquistou a certificação NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno. A certificação comprova, por si só, a conformidade e a efetividade do SGACC, bem como o empenho da construtora em promover um ambiente de negócios ético, transparente, seguro e sustentável, a partir da adoção de elevados padrões de governança, integridade e controle. Os Acionistas e Alta Administração estão alinhados no sentido de que o constante fortalecimento e aprimoramento do SGACC, conjuntamente com a manutenção de um quadro técnico experiente e qualificado, são fatores essenciais para um posicionamento diferenciado no mercado. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 27 de março de 2024, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. **2.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **2.2 - Contas a receber de clientes:** A conta é constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2023. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **2.3 - Estoques:** Demonstrados pelo valor de custo do estoque, incluindo todos os custos de aquisição, bem como outros custos indiretos. Não estão registrados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com seu uso ou venda. **2.4 - Ativos e passivos tributários:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a ser recolhido para as autoridades fiscais. A Administração, periodicamente, avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.5 - Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas e controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas e controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **2.6 - Imobilizado:** O custo de um item de um ativo tangível é reconhecido como ativo quando, é provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser mensurado confiavelmente. O valor depreciável dos ativos é apropriado separadamente de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos são revisados pelo menos ao final de cada exercício. **2.7 - Fornecedores:** Os títulos emitidos por fornecedores estão registrados pelo seu valor nominal, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros incorridos. **2.8 - Parcelamentos de tributos:** A Companhia aderiu aos parcelamentos na Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para débitos de imposto de renda, contribuição social, previdenciários e não previdenciários. **2.9 - Parcelamentos com órgãos públicos:** Acordos celebrados junto aos órgãos públicos, que resulta no recolhimento de contribuição pecuniária por parte da Companhia. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social:** Corrente: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) e, nos casos de contratos de longo prazo firmados com pessoa jurídica de direito público, a Companhia difere a tributação do lucro até a sua realização. A provisão correspondente encontra-se destacada no ativo ou passivo não circulante. O saldo dos impostos diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A Companhia reconheceu em seu ativo parte do imposto de renda e contribuição social diferidos, limitado na trava dos 30%. Tal montante refere-se à expectativa de realização futura deste crédito fiscal com lucros tributáveis dentro dos próximos exercícios sociais. **2.11 - Provisões trabalhistas:** A Companhia registra nessa rubrica a provisão de férias calculada com base nas remunerações no período aquisitivo *pro-rata temporis* dos funcionários ao final de cada exercício. **2.12 - Adiantamentos de clientes:** Refere-se a adiantamentos de clientes decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de serviços. **2.13 - Retenções contratuais:** A empresa retém um percentual estipulado em contrato com os seus fornecedores e após a conclusão dos serviços, desde que não existam pendências contratuais e ou ações trabalhistas ainda não julgadas, a retenção é liberada, mediante Termo de Encerramento e Quitação do Contrato. **2.14 - Receitas:** A Companhia aplica CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com cliente – conforme legislação contábil em vigor, que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviço para um cliente. Esta norma substituiu o CPC 30/IAS 18 – Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. **2.15 - Custos:** Os custos dos contratos compreendem todos os dispêndios que se relacionem diretamente com um contrato específico, os que forem atribuíveis à atividade de contratos em geral e puderem ser alocados ao contrato e outros que forem diretamente debitáveis ao cliente, nos termos do contrato. **2.16 - Receitas e despesas financeiras:** O resultado financeiro líquido inclui rendimentos sobre aplicações financeiras, atualização monetária e juros, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência. **2.17 - Outras operacionais, líquidas:** Compreendem nesse grupo todas as demais receitas e despesas operacionais da Companhia. **2.18 - Obras em consórcios:** As participações em consórcios são registradas linha a linha no resultado e no balanço, conforme percentual de participação em cada um deles. **2.19 - Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Investimentos e Imobilizado.

3 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022
Caixa e bancos	2.560	3.240
Aplicações financeiras	59.975	24.922
	62.535	28.162

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **4 - Créditos e Débitos com Partes Relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações.

	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Transações com partes relacionadas	46.546	46.588	253	534
	46.546	46.588	253	534
Parcelas circulante	-	-	253	534
Parcelas não circulante	46.546	46.588	-	-

5 - Depósitos Judiciais, Cauções e Retenções: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As previsões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus consultores legais com baixo risco de perdas, para as quais não há provisão constituída. Os saldos apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
Depósitos judiciais trabalhistas	3.133	3.799
Depósitos judiciais – PIS	269	269
Depósitos judiciais – COFINS	1.661	1.661
Outros depósitos e garantias	15.233	13.070
	20.296	18.799

6 - Investimentos

Empresas	% Participação	2023	2022
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	28,57	30.190	30.194
Solace Empreendimentos Imobiliários S.A.	25,00	32.883	34.010
Concessionária Rio Barra	33,33	2.132	63
Concessionária Porto Novo (*)	25,00	-	-
Outros investimentos		137	137
		65.342	64.404

*Investimento zerado em função do patrimônio líquido negativo da Investida.

7 - Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Custo (2023)	Depreciação acumulada (2023)	Líquido (2023)	Líquido (2022)
Máquinas e equipamentos	10% a 16,66%	64.756	(64.756)	-	-
Veículos	20%	11.489	(11.117)	372	507
Embarcações	5%	4.863	(4.863)	-	-
Aeronave	10%	9.592	(9.592)	-	-
Outros imobilizados	15%	10.035	(8.020)	2.015	1.529
		100.735	(98.348)	2.387	2.036

8 - Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social da Companhia, no montante de R$ 425.575 (R$ 410.811 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 644.539.684 (639.418.198 em 31 de dezembro de 2022) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 384.968.279 (381.909.337 em 31 de dezembro de 2022) ordinárias e 259.571.405 (257.508.861 em 31 de dezembro de 2022) preferenciais, totalmente subscrito e integralizado. **Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as reservas de lucros não foram constituídas devido à Companhia apresentar prejuízos acumulados.

9 - Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Salários, encargos e benefícios	(12.528)	(8.382)
Acordos judiciais cíveis e trabalhistas	(7.016)	(7.220)
Indedutíveis diversas	(6.639)	(14.105)
Prestação de serviços em geral	(23.701)	(10.804)
Aluguéis de imóveis	(904)	(1.129)
Despesas gerais	(5.467)	(4.090)
	(56.255)	(45.730)

10 - Seguros: A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens próprios de seu ativo imobilizado, em montante considerado suficiente para cobrir todos os riscos existentes. Possui também apólices de riscos nomeados, com cobertura determinada, definida por orientação de especialistas, levando em consideração a natureza e grau de risco do negócio, em montantes considerado suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos e/ou responsabilidades. **11 - Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. **12 - Eventos Subsequentes:** A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Andreia Cardoso de Lima - Contadora - CRC-RJ 094712/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e administradores da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. Rio de Janeiro – RJ: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024

CRC-RJ - 2026/O-5

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ 060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ 036.737-0